

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MAURO ENRIQUE CAROZZO TODARO

**UNIVERSIDADES ARGENTINAS:
DIFERENTES MISSÕES PARA UMA INSTITUIÇÃO SECULAR**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

Mauro Enrique Carozzo Todaro

**UNIVERSIDADES ARGENTINAS:
DIFERENTES MISSÕES PARA UMA INSTITUIÇÃO SECULAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Pós-Graduação em Administração.
Área de concentração em Políticas e Gestão
Institucional.

Orientador: José Nilson Reinert, Dr.

**FLORIANÓPOLIS
2005**

C293u Carozzo Todaro, Mauro Enrique
Universidades argentinas : diferentes missões para uma instituição secular / Mauro Enrique Carozzo Todaro ; orientador José Nilson Reinert. – Florianópolis, 2005.
89 f : il., tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 2005.

Inclui bibliografia.

1. Universidades e faculdades – Finalidades e objetivos – Argentina. 2. Ensino superior – Argentina. 3. Ensino superior – Filosofia. I. Reinert, José Nilson. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 378.017(82)
378.4(82)

Catálogo na fonte por: Marlene Margarete Elbert CRB-14/167

Mauro Enrique Carozzo Todaro

**UNIVERSIDADES ARGENTINAS:
DIFERENTES MISSÕES PARA UMA INSTITUIÇÃO SECULAR**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Políticas e Gestão Institucional do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 9 de março de 2005.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Pedro Antonio de Melo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. César Godoy
Universidad Nacional de Asunción

**Aos meus pais, Estela e Hugo, e à minha irmã, Luciana,
por seu apoio incondicional.**

AGRADECIMENTOS

Para minha família em geral, para minha avó, Delia, para meus pais, Estela e Hugo, e para minha irmã, Luciana, que estão sempre colaborando e me apoiando.

Para Artur que me brindou sua amizade, seu apoio logístico e suas contribuições para este trabalho.

Para Fabiana pelo tempo dedicado à tediosa revisão do português.

Para meu orientador, Prof. José Nilson Reinert, que soube me dar suas importantes contribuições e a liberdade que eu precisava no desenvolvimento do trabalho.

Para a banca examinadora, em particular para o Prof. Pedro Antônio de Melo, que enriqueceu meu trabalho com as suas contribuições.

Para os professores do CPGA, que me facilitaram a aprendizagem de importantes assuntos que desenvolverei no meu futuro como profissional.

Para meus amigos do CPGA, Marcus, Clezar, Antonio Roberto, Everaldo, Luciana, Luciane, Jociane, Jaqueline, Clio, Daniela e Fernanda, que me fizeram sentir como em casa.

Para minhas amigas *hispano-parlantes* da UFSC, Fany, Marisol, Maria José e Ayrol, que sempre estiveram perto de mim.

Para meus amigos de Floripa (Barra e Mole), Pedro, Tato, Carolina, Alejandra e Sol, que me mostraram a outra cara de Florianópolis.

Para meus amigos da Argentina e do mundo, Ezequiel, Leonardo, Alejandro, Leandros, Carlos, Mellis, Julieta, Camila, Celina, Abril, Natalia, Lara, Virginia, Yanina, Julia, Noelia, Vilma e Cristiane, que me brindaram sua amizade sem importar a distancia.

Para o pessoal da secretaria, Graziela e Ivo, que foram muito serviçais e atentos comigo.

Se a finalidade da educação é a de produzir um indivíduo integrado, “devemos então perceber claramente se o indivíduo existe para a sociedade, ou a sociedade para o indivíduo. Se a sociedade necessita e faz uso do indivíduo para seus próprios fins, não tem então nenhum interesse na formação do ente humano integrado; o que ela quer é uma máquina eficiente, um cidadão obediente e respeitável e isso só requer uma integração muito superficial. Enquanto o indivíduo for obediente e se deixar condicionar totalmente, a sociedade o achará útil e gastará tempo e dinheiro com ele. Mas se a sociedade existe para o indivíduo, cabe-lhe então ajudá-lo a libertar-se da influência condicionadora dela própria. Deve educá-lo para se tornar um ente humano integrado.”

Jiddu Krishnamurti, “Educação e Integração” em “Reflexões sobre a vida”

RESUMO

CAROZZO TODARO, Mauro Enrique. **Universidades Argentinas: Diferentes missões para uma instituição secular**. 2005. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: José Nilson Reinert

Defesa: 28/02/05

Este estudo teve como objetivo conhecer os fins mais valorizados pelas universidades que fazem parte do sistema educativo argentino. Trata-se de um estudo relevante, pois brinda às pessoas envolvidas na gestão universitária, conhecimentos que ampliam suas possibilidades de crítica e transformação das instituições de ensino superior. A pesquisa, de caráter descritivo, analisou, mediante a técnica de análise de conteúdo, os relatórios oficiais publicados nas respectivas páginas *web* das oitenta e duas universidades que tem sede na República Argentina. Estes relatórios incluem definições de missão, valores, princípios e discursos dos reitores. A análise foi feita levando em consideração os fins associados às universidades pelos principais pensadores sobre a filosofia da Universidade, em diferentes épocas e regiões do mundo. Da análise, conclui-se que: nos discursos das Universidades Confessionais, o Ensino é o fim mais valorizado e que este se encontra ultrapassado por fins religiosos; nos discursos das Universidades Privadas não Confessionais, o Ensino parece ser o fim mais valorizado, não obstante, existe certa heterogeneidade de valores sobre as finalidades das mesmas; e nos discursos das Universidades Públicas, o Ensino e a Extensão aparecem como os fins mais valorizados. Por último, e fazendo uma análise que envolve todas as universidades pesquisadas, o Ensino aparece como o fim mais valorizado nos discursos das universidades argentinas.

Palavras-chave: Universidade, finalidades, valores, filosofia.

ABSTRACT

CAROZZO TODARO, Mauro Enrique. **Universidades Argentinas: Diferentes missões para uma instituição secular**. 2005. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: José Nilson Reinert

Defesa: 28/02/05

The object of this study was to recognize the purposes most valued by the universities in the Argentinean education system. It's a relevant study for it provides people in the university management with knowledge that further their abilities to criticize and change high study education. This descriptive research, through content analysis, analyzed the official chronicles published in the corresponding websites for eighty-two universities in Argentina. This documents included definitions of mission, values, principles, and principal speeches. This work took into consideration the purposes associated to universities by the greatest university philosophy analysts, in different times and parts of the world. As a result of this analysis, we learn that: in the chronicles of the Confessional Universities, the Teaching seems to be the most valued purpose and it is influenced by religious purposes; in the chronicles of the non Confessional Private Universities, the Teaching seems to be the most valued purpose and, at the same time, there is a mixture of values related to their purposes; and in the chronicles of the Public Universities, the Teaching and the Extension seems to be the most valued purposes. Finally, an analysis including all universities reveals that Teaching is the most valued purpose in the official chronicles of Argentinean universities.

Key Words: University, purposes, values, philosophy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Finalidades da Universidade através da história.....	29
Quadro 02 – Alunos universitários, segundo Universidades de Gestão Estatal e de Gestão Privada, entre 2000 e 2003.....	35
Quadro 03 – Alunos que se graduaram nas Universidades de Gestão Pública e de Gestão Privada entre 1999 e 2002.....	35
Quadro 04 – Categorias de análise.....	54
Quadro 05 – Exploração do material sobre Universidades Confessionais.....	56
Quadro 06 – Exploração do material sobre Universidades Privadas não Confessionais.....	60
Quadro 07 – Exploração do material sobre Universidades Públicas.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Análise de frequências nas Universidades Confessionais.....	58
Gráfico 02 – Análise de ausências nas Universidades Confessionais.....	58
Gráfico 03 – Fins mais valorizados pelas Universidades Confessionais.....	59
Gráfico 04 – Análise de frequências nas Universidades Privadas não Confessionais.....	61
Gráfico 05 – Análise de ausências nas Universidades Privadas não Confessionais.....	62
Gráfico 06 – Fins mais valorizados pelas Universidades Privadas não Confessionais.....	62
Gráfico 07 – Análise de frequências nas Universidades Públicas.....	65
Gráfico 08 – Análise de ausências nas Universidades Públicas.....	66
Gráfico 09 – Fins mais valorizados pelas Universidades públicas.....	66
Gráfico 10 – Análise de frequências gerais.....	67
Gráfico 11 – Análise de ausências gerais.....	68
Gráfico 12 – Fins mais valorizados gerais.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Tema e Problema.....	16
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Geral.....	17
1.2.2 Específicos.....	18
1.3 Justificativa do estudo.....	18
1.4 Estrutura do trabalho.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 História da Universidade.....	21
2.2 Evolução histórica da Universidade Argentina.....	30
2.3 A Universidade Argentina na Atualidade.....	34
2.4 Filosofia da Universidade.....	37
2.5 Fins e Funções da Universidade.....	39
2.6 Universidade e Sociedade.....	41

3	METODOLOGIA.....	46
3.1	Delineamentos da Pesquisa.....	46
3.2	Perguntas de pesquisa.....	47
3.3	Descrição das técnicas de coleta de dados.....	48
3.4	Descrição da técnica de análise de dados.....	49
3.5	Pré-análise.....	50
3.6	Interpretação dos termos e das categorias de análise.....	52
4	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E ANÁLISE DOS DADOS.....	55
4.1	Exploração do material.....	55
4.1.1	Universidades Confessionais.....	56
4.1.2	Universidades Privadas não Confessionais.....	59
4.1.3	Universidades Públicas.....	53
4.1.4	Todas as universidades.....	67
4.2	Inferência e Interpretação dos dados.....	69
4.2.1	Universidades Confessionais.....	69
4.2.2	Universidades Privadas não Confessionais.....	71
4.2.3	Universidades Públicas.....	73
4.2.4	Todas as universidades.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
5.1	Recomendações de Novos Estudos.....	82

REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE.....	86
Informações complementares sobre as universidades argentinas.....	87
ANEXO.....	88
Lei de Educação Superior.....	89

1 INTRODUÇÃO

A Universidade, apesar de seus problemas internos, é uma instituição de valor decisivo para que, através da mobilização dos recursos da cultura e da ciência, a sociedade possa superar as dificuldades de toda ordem nas que atualmente se debate.

A sociedade contemporânea assiste profundas transformações como efeito dos avanços científicos e tecnológicos, que atingem substancial dimensão econômica, social, política e cultural. Estas mudanças colocam como problema central a questão do conhecimento, dado que o mesmo constitui-se em variável estratégica, aos efeitos de dinamizar o desenvolvimento das nações e fortalecer suas possibilidades de inserção no nível regional e mundial.

No marco das interpretações das atuais transformações de ordem global, com impacto nacional e local, a Universidade Argentina, sobre a base de um profundo debate de caráter político-educativo, define sua filosofia, seus fins e suas funções.

A Filosofia manifesta-se ao ser humano como uma forma de entendimento que tanto propicia a compreensão da sua existência, em termos de significado, como lhe oferece um direcionamento para sua ação. A filosofia de cada universidade estabelece um quadro organizado e coerente de “visão do mundo” sustentando, conseqüentemente, uma proposição organizada e coerente para o agir. As universidades não agem por agir, fazem-lo por uma certa finalidade, que pode ser mais ampla ou mais restrita (LUCKESI, 1994).

Para Paviani e Pozenato (1984), a Filosofia da Universidade só pode ser pensada a partir da época, das necessidades do homem contemporâneo na participação ativa numa sociedade democrática em rápida expansão e transformação devido ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Segundo Luckesi (1994), a educação de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Não é a prática educacional que estabelece os seus fins. Quem o faz é a reflexão filosófica sobre a educação dentro de uma dada sociedade.

A filosofia fornece à educação uma reflexão sobre a sociedade na qual está situada, sobre o educando, o educador e para onde esses elementos podem caminhar. O educando, quem é, qual seu papel no mundo; o educador, quem é, qual seu papel no mundo; a sociedade, o que é, o que pretende ser; qual deve ser a finalidade da ação pedagógica. Estes são alguns problemas que emergem da ação pedagógica dos povos e que precisam de uma reflexão filosófica (LUCKESI, 1994).

Para Paviani e Pozenato (1984), a definição dos fins da Universidade é absolutamente necessária para a caracterização do modelo universitário. Estas definições têm um valor especial para a ação universitária que, em geral, sofre a influência de uma “tradição conservadora”. A Universidade, neste trabalho, é considerada uma organização complexa por sua condição de instituição especializada, fins diversificados, imprecisos e executora de múltiplas funções. É preciso entender seu modo organizacional marcado por uma rede compartilhada de relações, intersubjetividades e conflitos nem sempre bem percebidos (PENTEADO, 1998).

Segundo Penteado (1998), a estrutura do discurso da Universidade e as relações com os sistemas podem descrever uma situação de ambigüidade. Opondo-se à propagação de interesses das camadas dominantes da sociedade, que interferem na definição de seus objetivos e procedimentos, a Universidade manifesta determinadas culturas que movimentam peças de um jogo de contradições, construindo narrativas, vinculadas com maior ou menor intensidade às razões do Estado, de seus parceiros e *ethos* acadêmicos.

A reflexão filosófica sobre a Universidade é um processo não acabado. As conclusões que surgem deste processo devem ser constantemente questionadas, em face das contínuas mudanças e transformações sociais e ambientais. É tarefa deste trabalho analisar a filosofia das universidades argentinas, conhecer seus fins mais valorizados, resultados do debate político-educativo que tem lugar no Ensino Superior.

Este estudo, centrando sua atenção nos discursos das universidades argentinas, busca dar continuidade ao debate e a reflexão sobre questões que têm profundo impacto sobre a vida em sociedade. Estes discursos oferecem a possibilidade de conhecer, com certo grau de profundidade, os valores compartilhados sobre os fins que cada instituição se propõe. Valores que, dependendo das relações de poder, representam uma ou mais subculturas organizacionais e formam parte da identidade de cada instituição.

A pesquisa foi realizada com base nas oitenta e duas universidades que funcionam atualmente e têm sede na República Argentina¹. Destas universidades, trinta e nove são públicas, enquanto que, trinta e oito destas dependem do governo nacional e uma do governo provincial. As restantes quarenta e três universidades são privadas, sendo que uma delas é estrangeira e outra é internacional.

Os dados que sustentaram a análise foram coletados do discurso oficial de cada universidade, disponível na informação institucional das mesmas. Isto inclui declarações de valores, princípios e missão, assim como, estatutos, discursos dos reitores e referências históricas.

¹ Fonte: Ministério da Educação da Argentina. Disponível em: <<http://www.mcy.gov.ar>> Acesso em: 21 de ago. 2004.

1.1 TEMA: FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE

A Filosofia, segundo Luckesi (1994, p 22), “é um corpo de conhecimento, constituído a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo de compreender o mundo...”. Este corpo de conhecimentos é um conjunto coerente e organizado de entendimentos sobre a realidade. Num texto de Filosofia, o autor expressa seu entendimento sobre o mundo que o cerca, especialmente sobre os valores que dão sentido a esse mundo; valores esses que, por vezes, hierarquizam aspirações que deverão ser buscadas e realizadas, se possível; aspirações que dão sentido ao trabalho, à ação, à política, à ciência, à educação, entre outros.

A Filosofia da Universidade tem como tarefa principal conceituá-la, definir o que ela é e o que não é, assim como, enumerar e hierarquizar as finalidades, ou, a missão da Universidade, analisando se a finalidade principal é pesquisa, ensino, formação profissional, verdade, sociedade ou o homem. Finalmente, compete-lhe mostrar quem é o que faz a Universidade: professores, estudantes, servidores técnico-administrativos, pesquisadores (TOBIAS, 1969).

Este trabalho tem foco na análise das finalidades da Universidade, em particular, dentro da realidade universitária da República Argentina. Cada universidade, consciente ou inconscientemente, hierarquiza suas finalidades, com base num conjunto de valores que as orientam. Neste contexto, a finalidade é considerada um objeto em função do qual se age, dado que toda finalidade supõe ação e movimento, pelo menos em potência. Entanto que, os valores são qualidades associadas às finalidades que permitem sua hierarquização.

A Filosofia da Universidade propõe a reflexão crítica sobre os fins da mesma e sua hierarquização, sendo estes, fatores determinantes da identidade de cada universidade.

Este conjunto de valores, centrais e duradouros, sobre os fins da Universidade, que compõem a identidade da instituição, encontra-se determinado, em grande parte, pela história da instituição, a ideologia dos fundadores e o contexto sócio-político e econômico em que foram fundadas, entre outros fatores.

A variedade de instituições que tem lugar na República Argentina, no que se refere a sua origem, localização, idade, história e regulamentação, faz com que o estudo deste tema seja pertinente e relevante. Neste sentido, pretende-se responder a seguinte problemática:

Quais os fins da Universidade mais valorizados pelas universidades argentinas nos seus discursos oficiais?

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Geral:

O objetivo deste trabalho é identificar os fins da Universidade mais valorizados pelas universidades argentinas nos seus discursos oficiais.

1. 2. 2 Específicos:

- Verificar os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais de cada universidade argentina.
- Identificar os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais das Universidades Públicas, Confessionais e Privadas não Confessionais da República Argentina.
- Levantar os principais ênfases no Ensino, na Pesquisa e Extensão.

1. 3 JUSTIFICATIVA

Atualmente, na Argentina, não existe um consenso sobre a finalidade da universidade², não obstante o governo nacional defina os delineamentos gerais com relação aos fins das universidades mediante a Lei de Educação Superior. Coexistem diferentes concepções neste sentido, que promovem diferentes relações com o homem, a sociedade e o conhecimento. É tarefa deste trabalho identificar e mostrar os valores que têm lugar no discurso oficial das universidades que compõem o sistema educativo argentino, para poder hierarquizar os fins que caracterizam as mesmas, analisando se a finalidade principal é pesquisa, docência, ou sociedade, estado, profissão, homem, verdade, ou todos, ou algum

² PRIMERAS JORNADAS DE REFLEXIÓN SOBRE EDUCACIÓN SUPERIOR. Argentina, Tucumán, agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.weblog.educ.ar/noticias/archives/002417.php>>. Acesso em: 20 de dez. 2004.

desses fins reunidos e, assim, verificar se existe uma identidade de valores, entre grupos de universidades.

A importância deste trabalho está na possibilidade de que professores, estudantes, técnico-administrativos e direção das universidades tenham conhecimento das diversas visões sobre a mesma, dado que sem esse conhecimento, as possibilidades de crítica, transformação e progresso são muito limitadas. Aos dirigentes do governo nacional e provincial e dos entes que regulam ou participam no desenvolvimento da educação é de suma importância conhecer as diferentes perspectivas sobre a Universidade, pois constitui fonte primeira para decisões e orientações em relação às instituições superiores, tanto públicas como privadas.

Muito do destino de cada povo é determinado nas universidades. Nelas se educam os futuros líderes da indústria, do comércio, da política e da educação.

1. 4 Estrutura do trabalho

Este estudo está organizado em cinco capítulos, mediante os quais se procura alcançar os objetivos estabelecidos e responder às questões básicas de uma investigação científica, através da introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, apresentação e análise de dados, e considerações finais.

No primeiro capítulo – Introdução, apresenta-se o tema, o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa de estudo, mostrando a relevância da pesquisa e, por fim, a estrutura do trabalho.

Seguindo a exposição, no segundo capítulo - Fundamentação Teórica, procura-se resgatar na literatura pesquisada, a história da Universidade, a história da Universidade

Argentina e a atualidade das Universidades Argentinas. Também se busca analisar a Filosofia da Universidade, em particular seus fins e funções. Na última seção deste capítulo resgata-se a relação entre Universidades e Sociedade.

O terceiro capítulo – Procedimentos Metodológicos, trata dos métodos e técnicas utilizadas na condução da pesquisa. Foi dividido nas seguintes seções: delineamentos da pesquisa, perguntas de pesquisa, descrição das técnicas de coleta de dados, descrição da técnica de análise de dados, pré-análise e interpretação dos termos e das categorias de análise.

A exploração e análise do caso, referente ao quarto capítulo, diz respeito ao estudo dos relatórios oficiais de cada universidade pesquisada. Contem uma série de quadros onde os dados coletados foram categorizados e uma série de gráficos que facilitam a interpretação destes dados. Por último apresentam-se as inferências e interpretações correspondentes.

O último capítulo apresenta o fechamento da pesquisa, com as devidas considerações finais e recomendações para futuros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa do trabalho realizou-se uma revisão da literatura que permitiu a familiarização com o assunto de interesse. Pretendeu-se ainda discorrer sobre o tema em estudo, enfatizando o quadro teórico tomado como base para as abordagens estabelecidas e a análise dos elementos constitutivos.

2.1 Historia da Universidade:

A historia da Universidade, assim como todo processo, se fez nascendo de uma coisa para outra. Aquele lento processo de transformação das instituições de ensino superior fez com que, só vários séculos depois da criação das universidades medievais, se começasse pensar no conceito de universidade, na missão, na origem e nas qualidades essenciais da Universidade (TOBIAS, 1969).

Confúcio é considerado o fundador da primeira escola de ensino superior da China. Contando com centenas de discípulos expôs uma doutrina mais moral do que especulativa. Enquanto que, Buda, na Índia, transmitia seus ensinamentos para centenas de discípulos e, na Grécia, com as escolas de Pitágoras, Platão e Aristóteles, a concepção de universidade estava ainda mais próxima (TOBIAS, 1969).

Pela Constituição de 27 de fevereiro de 425, Teodósio II fundou, em Constantinopla, a Universidade de Constantinopla. A finalidade da universidade era prática, uma vez que visava “à formação de juristas e de funcionários capazes de redigir atas em estilo

correto e de acordo com as regras da lógica” (BRÉHIER apud TOBIAS, 1969, p. 86). Contudo, pode ser chamada de universidade uma vez que (TOBIAS, 1969): existiam a filosofia, as Ciências e as Letras; existiam vários professores e alunos de muitas regiões; e, entre seus fins, encontram-se a investigação e a docência.

O maior centro de cultura do mundo árabe nasceu no ano 988 com a Universidade de Al-Azhar, localizada no Cairo. Nasceu centralizada, como a universidade de Paris, na faculdade de Teologia, uma vez que foi fundada especialmente para resolver o conflito entre ciência e fé. Por alentar a razão especulativa; ser oficialmente reconhecida; contar com alunos de diversas regiões; ter ensino superior, especialmente de teologia; incluir a totalidade dos saberes; contar com profissionalização, formação de teólogos, a Universidade de Al-Azhar foi realmente uma Universidade no sentido ocidental e estrito do termo (TOBIAS, 1969).

No século XII, na Alta Idade Média, especialmente nas escolas episcopais, começaram a surgir os *Studia Generalia*. Para ser *Studium Generale*, a escola deveria, no mínimo, cumprir com três qualidades (TOBIAS, 1969): convidar estudantes de todas as partes, ter pelo menos uma das três Faculdades (Teologia, Direito e Medicina) e possuir vários mestres. Foi assim que surgiram, no ocidente, três grandes centros da ciência: Salerno (1150), Bolonha (1158) e Paris (1220), considerados por muitos autores como as primeiras universidades (PAVIANI e POZENATO, 1984).

A Universidade de Salerno, ponto intermediário entre Oriente e Ocidente, foi a primeira manifestação de uma universidade no mundo ocidental, não obstante contava só com a Faculdade de Medicina. A Universidade de Bolonha foi, cronologicamente, a primeira universidade da Europa. No entanto, foi em Paris que apareceu a maior Universidade dos tempos antigos, modelo seguido pela maioria das universidades européias e do mundo (TOBIAS, 1969).

Segundo Luckesi (1986), a Igreja Católica desse tempo foi a responsável pela unificação do ensino superior em um só órgão, a “Universidade”. Isto ocorreu como resultado de todo um esforço da Igreja no sentido de fundamentar sua ação política e religiosa. Naquelas circunstâncias, regia o dogmatismo e a imposição de verdades, características do modelo Jesuítico que ainda perduram em algumas instituições confessionais. Por outro lado, foi nesse tempo que nasceu o hábito das discussões abertas e dos debates públicos, claro que sob a vigilância do professor, que além de moderador, “garantia a ortodoxia das idéias e eventuais conclusões”.

Entre o século XIII e o XVIII, não existiu um conceito claro de missão da Universidade. Naquele período, houve um enfraquecimento e um posterior desaparecimento da Faculdade de Filosofia, considerada por grandes pensadores como o centro e o elo de união e de vitalidade da Universidade. Entretanto, a Faculdade de Teologia, por estar associada com a fé e não com os frutos da razão, não fazendo parte do domínio das ciências, desapareceu da Universidade no século XV. Neste período começaram a florescer as Ciências Literárias, Filológicas e Experimentais, com Francis Bacon. Somente em 1737, com a fundação da Universidade de Gottingen, que pioneiramente coloca entre seus objetivos, conciliar a pesquisa e o ensino, começou-se trazer as Ciências Experimentais para o âmbito da Universidade. Com o aparecimento das Ciências Filológicas e das Ciências Experimentais, nasceu a profissionalização, num contexto onde faltava o conceito científico de Universidade (TOBIAS, 1969).

As Ciências Físico-Matemáticas nascidas nos tempos modernos, ainda que originadas na Idade Média, num começo também foram afastadas e relegadas do recinto das Universidades, crescendo e cobrindo-se de glória, derivada de suas descobertas e de sua utilidade prática (TOBIAS, 1969).

Entre o século XVIII e XX, começou-se a refletir sobre a Universidade, uma vez que anteriormente não existia reflexão escrita sobre a mesma. Entre os primeiros a refletir sobre a Universidade encontra-se Humboldt, na Alemanha, no surgimento da Universidade de Berlim; na Inglaterra, o Cardeal Newman; nos Estados Unidos, Hutchins e Whitehead; Gusdorf, na França; na Espanha, Ortega y Gasset; na Argentina, Caturelli (TOBIAS, 1969).

Foi neste período que surgiram os diferentes modelos de Universidade, Alemão, Francês, Inglês e Americano, categorizados, principalmente, em função da definição dos fins que procuram atingir. Estas definições têm e tiveram um valor especial para a ação universitária, dado que, foram e continuam sendo, referenciais das novas instituições de ensino superior, no mundo inteiro.

O Modelo Francês, conhecido como Napoleônico, surgiu na França no começo do século XIX com a iniciativa de Napoleão, que, sem fazer uma obra comparável a de Newman ou Jaspers, deixou uma profunda marca na universidade francesa. Napoleão era, antes de tudo, um homem de Estado e um militar zeloso de restaurar uma autoridade central forte. Ele não se interessava pela instrução pública senão como uma fonte de poder. Essa finalidade sócio-política da instituição define a idéia que Napoleão tinha da Universidade, numa época caracterizada pela nascente industrialização e pelo Iluminismo (DRÈZE e DEBELLE, 1983).

Desde Napoleão, a universidade francesa se centralizou em tarefas diretamente úteis ao Estado; preparação profissional dos professores, dos juristas, dos médicos, entre outros, e preparação para concursos públicos que davam acesso a funções públicas (DRÈZE E DEBELLE, 1983). O ensino tem sido, essencialmente, profissional, na linha do espírito positivista, pragmático e utilitarista do Iluminismo (LUCKESI, 1986). Nesta ótica, a pesquisa tem um lugar mínimo, uma vez que ela é um questionamento constante do que é adquirido, sendo incompatível com a missão confiada por Napoleão ao ensino superior. A universidade Napoleônica estrutura-se fragmentada em escolas superiores ignorando a universidade

orgânica, para dar lugar a faculdades que funcionam isoladas em seus objetivos práticos (LUCKESI, 1986). Os conteúdos religiosos são erradicados, defendendo-se o liberalismo econômico e político (FRANGOSO FILHO, 1984).

Na mesma época em que surgiu a Universidade Napoleônica na França, na Alemanha, Beyme, alto funcionário de Guilherme III, promoveu o movimento para investigar a filosofia da Universidade, que devia preceder a fundação da Universidade de Berlim. Como resposta à iniciativa de Beyme e num contexto de transformações impostas pela industrialização, apareceram os trabalhos de Fichte (escrito em 1807 e editado em 1817), de Schleiermacher (escrito e editado em 1808) e de Humboldt (escrito em 1810 e publicado em 1896). A Universidade de Berlim foi fundada em 1810 por Humboldt e com ela surgiu a Universidade Moderna e o Modelo Alemão de Universidade. Fichte, o primeiro reitor da Universidade de Berlim definiu a Universidade como “uma escola da arte do uso científico do intelecto” (TOBIAS, 1969, p.20). Segundo Fichte o estudante de cada “ciência especial”, teria, antes de tudo, que ser um estudante de Filosofia, sua especialização seria uma determinação mais ampla e aplicação particular de sua “arte filosófica geral”. Schleiermacher acrescenta que a filosofia deve ser o centro da Universidade, o ponto de partida e a Universidade o elo de união das ciências. Para Humboldt, a Universidade, devendo estudar todo o saber, não pode deixar o campo da investigação reservado unicamente às Academias. Academia e Universidade devem, portanto, formar uma só unidade, onde professores da Academia poderão lecionar e investigar na Universidade. Deste modo, passam conviver a docência e a investigação na Universidade (TOBIAS, 1969).

No século XX, Jaspers apareceu como o representante mais notório da tradição intelectual alemã. Segundo este, a busca da verdade é uma tarefa à qual os homens devem poder se consagrar livremente e com todas as suas energias, mas a verdade nunca é adquirida de uma vez por todas, sendo necessário procurá-la, sem cessar, em todas as direções

possíveis. Para Jaspers (apud DRÈZE E DEBELLE, 1983, p. 49) “A universidade tem por tarefa procurar a verdade na comunidade dos pesquisadores e estudantes”. A universidade não poderia prosseguir na descoberta da verdade sem reconhecer a pesquisa científica como tarefa primeira. Para ser fiel a sua missão própria e servir, validamente, à vontade primitiva de conhecimento, a pesquisa científica deve ser orientada por uma reflexão filosófica, fundada sobre o princípio da unidade do ser. Jaspers concebe o ensino universitário como uma iniciação à pesquisa, uma aprendizagem ao lado do professor, descobrindo e adquirindo a atitude científica. Só o pesquisador pode, verdadeiramente, ensinar: qualquer um outro se limita a transmitir um pensamento inerte, em vez de comunicar a “vida do pensamento”. Mesmo quando os estudos universitários preparam para o exercício de uma profissão intelectual, o desenvolvimento da atitude científica permanece primordial: ela é indispensável às aplicações inovadoras na prática; é o ponto de partida de um processo de educação permanente (DRÈZE e DEBELLE, 1983).

Centralizada sobre a procura da verdade, a Universidade tem o direito e o dever de manifestá-la, daí originando-se a liberdade de cátedra, a liberdade administrativa e a liberdade da Universidade em relação ao Estado (TOBIAS, 1969). Neste contexto, o estudante é responsável por si mesmo, deve seguir seus mestres com espírito crítico, não sendo obrigatória a assistência a certos cursos e seminários. Enquanto que, o professor goza da liberdade de ensino e escolhe livremente suas formas de ensinar (DRÈZE e DEBELLE, 1983).

O Cardeal Newman, defensor e referência do modelo inglês de Universidade e fundador da Universidade de Dublin (1851, Irlanda), propõe que a universidade seja o lugar do ensino do saber universal e a concebe como centro de criação e difusão do saber e da cultura (LUCKESI, 1986).

Para Newman, o saber é um fim em si: toda espécie de saber traz, em si, sua própria recompensa, mesmo que o estudante não faça disso nenhum uso posterior e que o saber não contribua para nenhum fim imediato. Neste modelo, a Universidade é um lugar de ensino. Segundo Newman, pesquisar e ensinar são funções distintas e são também competências distintas que estão raramente reunidas numa mesma pessoa. Essa opinião não pertence exclusivamente ao autor. Na mesma época, Pusey (teólogo e educador oxfordiano) escreve:

O problema e a tarefa especial de uma universidade não é fazer avançar a ciência, nem fazer descobertas, nem formar novas escolas filosóficas, nem inventar novos modelos de análise, nem efetuar trabalhos de medicina, de direito ou mesmo de teologia, mas, muito mais, formar os espíritos, religiosamente, moralmente e intelectualmente... (PUSEY apud DRÈZE e DEBELLE, 1983).

Segundo Maritain (apud TOBIAS, 1969, p.34), “o fim da Universidade é a formação e a ilustração da juventude, na força e na maturidade do raciocínio e nas virtudes intelectuais”, o autor defende a independência entre ensino e pesquisa, sugerindo que a pesquisa seja praticada em instituições separadas da Universidade. Com relação à formação profissional Newman escreve:

A inteligência em vez de ser formada ou sacrificada a qualquer fim particular ou accidental, a qualquer estado ou profissão específica, a qualquer estudo ou ciência particular, é disciplinada por si mesma, pela percepção de seu objeto próprio e pelo nível mais elevado de sua própria cultura. (DRÈZE e DEBELLE, 1983, p.38).

Segundo Drèze e Debelle (1983), o modelo inglês traduz a preocupação britânica de uma formação, ao mesmo tempo, moral e intelectual, de um desenvolvimento integral da pessoa. Os autores acrescentam que este modelo conserva a herança dos *Studia Generalia* da Idade Média, particularmente alguns traços do modelo jesuítico, ao dar ênfase à conservação e à transmissão dos conhecimentos mais que a seu progresso; à universidade do saber que à da especialização; à autonomia da instituição que a seu espírito de serviço.

Whitehead no livro *Os Fins da Educação*, publicado em 1929, afirma que a Universidade deve ser escola de educação e investigação (Tobias, 1969). Whitehead acrescenta:

O que importa para uma nação é a existência de uma relação muito estreita, entre seus elementos progressivos de todos os gêneros, de tal sorte que o estudo influencie o lugar público e reciprocamente. As universidades são os principais agentes desta fusão de atividades progressivas num instrumento eficaz do progresso. (WHITEHEAD apud DRÈZE e DEBELLE, 1983, p.64)

Whitehead insiste em que a cultura e a ciência desemboquem na ação e encontrem a vontade de progresso, em lugar de serem consideradas como fins em si mesmas. Deste modo, ele não vê nenhuma objeção, em princípio, em que a educação seja útil. A universidade tem por razão de ser fundamental ligar a imaginação e a experiência, o entusiasmo criador à ciência adquirida, reunindo jovens e adultos, estudantes e professores, pesquisadores e docentes para uma reflexão inventiva sobre todas as formas do saber (DRÈZE e DEBELLE, 1983).

A carreira de Whitehead se dividiu entre as universidades de Cambridge e Harvard. Esta dupla experiência conduziu-lhe a expor um conceito de universidade que foi adotado por muitas universidades dos Estados Unidos de América e que nada perdeu de atualidade (DRÈZE E DEBELLE, 1983). Segundo Kerr (1982), por volta de 1930, a Universidade Americana era um novo tipo de instituição no mundo, não era nem Oxford nem Berlim. Elas tinham mudado profundamente na direção da evolução social da que faziam parte. Havia as necessidades da sociedade a serem consideradas.

Kerr, em 1963, publicou *Os Usos da Universidade*, procurando caracterizar um novo momento na evolução da idéia da Universidade. O autor introduz, neste livro, o conceito de Multiversidade em contraposição ao de Universidade. A Multiversidade é uma série de comunidades e atividades interligadas sob um nome comum, um conselho-diretor comum e propósitos inter-relacionados. Ela “serve à sociedade quase como uma escrava” (KERR,

1982, p.30), uma sociedade que ela também critica. O poder dentro da Multiversidade encontra-se fracionado em três grupos formais: estudantes, docentes e institutos públicos. Mas como o sistema americano é muito sensível às pressões de seus inúmeros públicos particulares, ela é influenciada por ex-alunos, doadores, fundações, agências federais, comunidades profissionais empresariais, rurais e sindicais, escolas públicas, como também uma imprensa inquisitiva. Os interesses na multiversidade são diversificados e conflitantes, legítimos e frívolos. As linhas divisórias entre o externo e o interno tornam-se indistintas, com a correspondente perda de autonomia (KERR, 1982).

Quadro 1 – Finalidades da Universidade através da história.

<i>Século</i>	<i>Modelo</i>	<i>Finalidades</i>
<i>XII</i>	<i>Jesuítico</i>	<i>Ação política religiosa</i>
		<i>Evangelização da cultura</i>
<i>XVIII</i>	<i>Napoleônico</i>	<i>Ação sócio-política</i>
		<i>Ensino profissionalizante</i>
<i>XIX</i>	<i>Alemão</i>	<i>Busca da verdade livre do Estado</i>
		<i>Pesquisa</i>
	<i>Inglês</i>	<i>Autonomia das Universidades</i>
<i>XX</i>	<i>Americano</i>	<i>Ensino do saber universal</i>
		<i>Função social</i>
		<i>Extensão</i>

2. 2 Evolução histórica da Universidade na Argentina

Na América Latina, as primeiras universidades surgiram logo após o descobrimento e o início da colonização. A mais antiga universidade latino-americana foi a de São Domingos, fundada na América Central, no país do mesmo nome, hoje República Dominicana, estabelecida em 1538. Estruturou-se de acordo com o modelo da Universidade de Alcalá de Henares, universidade espanhola fundada no século XV. Seguiram-na, em 1551, a Universidade de Lima, Peru, em 1574, a Real e Pontifícia Universidade de São Marcos, a Universidade do México, em 1562 e o Colégio de Córdoba, Argentina, em 1611. A fundação de universidades continuou durante todo o período colonial, a ponto de serem cerca de 26 instituições de ensino superior, ao final do período colonial em toda América Latina (FRANGOSO FILHO, 1984).

As universidades latino-americanas da época seguiam os modelos espanhóis. Predominavam os conteúdos escolásticos, filosofia, teologia e direito. Os professores eram, fundamentalmente, representantes das ordens religiosas. A cultura ensinada era a europeia (FRANGOSO FILHO, 1984).

Na Argentina, a Universidade³, desde seu início, formou parte da vida cultural do país, mas no século XX seu papel foi dominante. Nas suas aulas se formaram as classes dirigentes, se nutriu a vida política, se acrescentou o conhecimento e seus títulos foram uma meta apetecida para uma sociedade que viu nela uma possibilidade de promoção social.

A primeira universidade no que hoje é o território argentino, fundou-se em Córdoba a princípios do século XVII sobre a base de uma escola jesuítica; permaneceu como

³ A análise da história da universidade Argentina, desde seu começo até 1983, apresentada na continuação, foi realizada com base no trabalho de Ernesto J. A. Maeder, que forma parte do livro *Nueva historia de la Nación Argentina*, publicado em 2002.

a única universidade da nação, mas no fim do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos, passou sob controle dos franciscanos, com grande ênfase no ensino tomista. Alguns estudantes, ansiosos por receber uma educação mais moderna, viajavam até a Universidade de Chuquisaca (agora Sucre, Bolívia), que era mais liberal, ou para San Felipe em Santiago, Chile (WRIGHT e NEKHOM, 1990).

Em princípios do século XX, o ensino superior na Argentina limitava-se a três universidades nacionais (federais), radicadas em Córdoba, Buenos Aires e La Plata. A Universidade de Córdoba era a mais antiga, já que suas origens se remontavam ao século XVII. Consolidada como universidade nacional em meados do século XIX, nela funcionavam três faculdades em 1910: Direito e Ciências Sociais, Ciências Médicas e Ciências Físicas e Naturais. A Universidade de La Plata aparecia como sua contra-figura, ao oferecer um modelo moderno e dinâmico, que aspirava a equiparar-se aos melhores da sua época. Constituía um exemplo palpável de fé no progresso da ciência e confiança plena no poder transformador da educação. A Universidade de Buenos Aires se encontrava numa situação intermediária com relação a Córdoba e La Plata. Nascida em 1821, reunia uma população estudantil muito mais numerosa que aquelas e um espírito aberto a idéias e sensível as mudanças que a sociedade argentina experimentava (MADAER, 2002).

Em 1918 a Universidade de Córdoba experimentou uma comoção que provocou reformas em seus estatutos e adquiriu dimensões nacionais ao propagar-se às demais universidades nacionais. O movimento reformista, encabeçado por professores e estudantes, propunha a modernização da universidade, à luz da experiência dos centros da França e da Alemanha. Em outubro de 1918, a reforma é aprovada e se modificou o sistema de governo universitário, que agora incluía a participação estudantil. Estes câmbios não só tiveram repercussão nacional, se não que, o ideário reformista alcançou considerável difusão em vários países latino-americanos nesses mesmos anos.

Em 1920, o movimento reformista tinha conseguido, em diferentes circunstâncias, modificar os estatutos das três universidades nacionais. As reformas se centraram no governo da universidade, permitindo a participação de estudantes e que os professores alcançassem um peso político mais significativo. Entre outras concessões conquistadas pode-se citar a livre assistência a aulas teóricas, o impulso à extensão universitária e a promoção da docência livre. Constituiu-se, assim, mais do que uma reforma, foi uma revolução universitária, em que se questionou o conceito mesmo de universidade (MADAER, 2002).

Com o tempo, as universidades diversificaram cada vez mais suas carreiras, oferecendo um espectro crescente de especialidades, sobretudo nas ciências médicas e nas ciências exatas. Por sua vez, foram-se criando institutos, concebidos como centros de docência e pesquisa especializada em determinadas disciplinas ditadas na faculdade, ou às vezes, com independência dela. Sua atividade acadêmica se difundia através de anais, revistas, boletins, ou publicações seriadas, que cresciam em número e variedade, difundindo conhecimento e enriquecendo as bibliotecas através da troca. Em 1938, o reitor de Córdoba, Sofanor Novillo Corvalán, aludia estes câmbios como a passagem da universidade profissional para a universidade científica. Talvez a figura mais representativa dessa tendência fosse Bernardo Houssay, que em 1940 expressava que os temas que definiriam a universidade argentina do futuro se centrariam na formação de *campi* universitários, onde se criariam sem dificuldade, relações entre os distintos ramos do saber, a pesquisa e o ensino, um professorado com dedicação exclusiva, a necessidade de selecionar o ingresso e um sistema de bolsas e prêmios para aqueles que seu esforço merecesse estímulo e apoio (MADAER, 2002).

Na década do 30 criaram-se três novas universidades nacionais: do Litoral, Tucumán e Cuyo. A nota característica destas três novas casas foi seu marcado sentido regional. Entre 1940 e 1943, as forças vivas de Bahia Blanca tinham constituído a Universidade Del Sur, de gestão privada, que para lograr sua continuidade procurou, sem

sucesso, o apoio da Universidad de La Plata, até que finalmente em 1946, o governo da província de Buenos Aires criou nessa cidade o Instituto Tecnológico Del Sur (de gestão pública).

A criação mais original da década de 40 foi a Universidad Obrera Nacional. O projeto enviado ao Congresso estabelecia cursos de aperfeiçoamento técnico para obreiros em vários ciclos de aprendizagem. A Lei vinha a implantar, em matéria educativa, a política social do governo de Juan Domingo Perón. Esta instituição, evidentemente aderida à ideologia do peronismo, se diferenciava da universidade clássica por seus fins, seu regime de estudos, o caráter descentralizado de suas faculdades, e sua vinculação com o meio em que teriam de desempenhar-se seus graduados. Além de seu estabelecimento em Buenos Aires, se criaram outras sedes entre 1953 e 1955. Ao final dessa etapa eram oito as faculdades regionais existentes, distribuídas em Santa Fé, Rosario, Córdoba, Bahia Blanca, La Plata, Tucumán, e Avellaneda. Em alguns casos, se superpunham com outras universidades, que também contavam com cursos de engenharia e tecnologia (MADAER, 2002).

Para a vida acadêmica. A etapa 1957-1966 parece ter sido fecunda em muitos aspectos, criaram-se cargos de professores com dedicação exclusiva que favoreceram a plena integração à docência e à pesquisa. Instrumentaram-se programas de bolsas, restaurantes e serviços diversos para favorecer o bem estar dos estudantes. Aumentou-se o número de escolas, cursos e institutos. Reforçou-se a pesquisa com novos laboratórios, subsídios e equipamentos. Em 1958 criou-se o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Nesse mesmo ano, o presidente Arturo Frondizi, propôs regulamentar um artigo onde a iniciativa privada podia criar universidades livres que estivessem capacitadas para entregar diplomas e títulos habilitantes, sempre que se submetiam às condições expostas por uma regulamentação que se ditaria oportunamente. A proposta significava um câmbio

substancial na política universitária Argentina, que até esse momento era unicamente de gestão pública. Este fato, somado às mudanças na legislação de 1967 e 1968, permitiu a expansão do sistema educativo. Em 1968, as universidades privadas somavam onze estabelecimentos e em 1972 já eram vinte e seis, com uma matrícula que absorvia o 11% do total nacional. A essa expansão se somaram várias universidades criadas por governos provinciais (estaduais) e o governo Nacional (MADAER, 2002).

A partir de 1983, com a restauração da democracia, se abriu espaço para a recuperação das instituições universitárias por parte das comunidades acadêmicas, ao mesmo tempo em que, se geraram novas expectativas sociais para com as mesmas. A ampliação das matrículas foi considerada prioridade na oferta política do novo governo de Alfonsín e através de medidas de ingresso irrestrito, em prazo muito curto, a cifra de estudantes se multiplicou até alcançar níveis sem precedentes. Passou-se de uma matrícula de meio milhão de estudantes em 1983, para mais de um milhão ao final da década, com o que se chegou a proporções de cobertura da demanda similares à dos países europeus, em torno do 40%.

2.3 A Universidade Argentina na Atualidade

Atualmente existe, na República Argentina, trinta e nove Universidades de Gestão Pública e quarenta e três de Gestão Privada⁴. A quantidade de alunos nas Universidades de Gestão Pública representa, aproximadamente, o 86% do total de alunos no sistema educativo, que em 2003 somaram 1.460.778 (ver Quadro 02). Dos dados conclui-se que em cada

⁴ Fonte: Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.mcye.gov.ar>> Acesso em: 12 de jan. 2005.

Universidade de Gestão Pública, em média, estudam, aproximadamente, oito vezes mais alunos que em cada Universidade de Gestão Privada.

Quadro 02 - Alunos universitários, segundo Universidades de Gestão Estatal e de Gestão Privada, entre 2000 e 2003.

UNIVERSIDADES	2000		2001		2002		2003	
GESTÃO PÚBLICA	1.123.241	85%	1.188.918	86%	1.235.957	86%	1.251.444	86%
GESTÃO PRIVADA	196.311	15%	198.046	14%	196.102	14%	209.334	14%
TOTAL	1.319.552		1.386.964		1.432.059		1.460.778	

Fonte: Adaptado do Programa Melhoramento do Sistema de Informação Universitária, SPU, MECyT Disponível em: <<http://www.mcye.gov.ar>> Acesso em: 12 de jan. 2005.

A porcentagem de graduados nas Universidades de Gestão Privada ascende a aproximadamente 25% do total de alunos, que em 2002 foi de 71.808 (ver Quadro 03). O que mostra um maior nível de evasão nas Universidades de Gestão Pública.

Quadro 03 - Alunos que se graduaram nas Universidades de Gestão Pública e de Gestão Privada entre 1999 e 2002.

UNIVERSIDADES	1999		2000		2001		2002	
GESTÃO PÚBLICA	38.580	72%	45.955	74%	47.477	75%	53.886	75%
GESTÃO PRIVADA	15.116	28%	15.766	26%	15.862	25%	17.922	25%
TOTAL	53.696		61.721		63.339		71.808	

Fonte: Adaptado do Programa Melhoramento do Sistema de Informação Universitária, SPU, MECyT Disponível em: <<http://www.mcye.gov.ar>> Acesso em: 12 de jan. 2005.

Legislação universitária:

A Lei de Educação Superior nº 24.521 entrou em vigência em agosto de 1995 e regula as universidades, tanto públicas como privadas, que formam parte do sistema educativo argentino. No que se refere aos fins e objetivos das universidades, esta lei estabelece:

ARTIGO 3 – A Educação Superior tem por finalidade proporcionar formação científica, profissional, humanística e técnica no mais alto nível, contribuir à preservação da cultura nacional, promover a geração e desenvolvimento do conhecimento em todas suas formas, e desenvolver as atitudes e valores que requer a formação de pessoas responsáveis, com consciência ética e solidária, reflexivas, críticas, capazes de melhorar a qualidade de vida, consolidar o respeito ao meio ambiente, às instituições da República e à vigência da ordem democrática.

ARTIGO 4: São objetivos da Educação Superior, além dos que estabelece a Lei 24.195 em seus artigos 5, 6, 19 e 22: a) Formar cientistas, profissionais e técnicos, que se caracterizem pela solidez de sua formação e por seu compromisso com a sociedade de que fazem parte; b) Preparar para o exercício da docência em todos os níveis e modalidades do sistema educativo; c) Promover o desenvolvimento da investigação e as criações artísticas, contribuindo ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da Nação; d) Garantir níveis crescentes de qualidade e excelência em todas as opções institucionais do sistema; e) Aprofundar os processos de democratização na Educação Superior, contribuir à distribuição equitativa do conhecimento e assegurar a igualdade de oportunidades; f) Articular a oferta educativa dos diferentes tipos de instituições que a integram; g) Promover uma adequada diversificação dos estudos de nível superior, que atenda tanto as expectativas e demandas da população como os requerimentos do sistema cultural e da estrutura produtiva; h) Propiciar o aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais distribuídos; i) Incrementar e diversificar as oportunidades de atualização, aperfeiçoamento e reconversão para os integrantes do sistema e para seus graduados; j) Promover mecanismos associativos para a resolução dos problemas nacionais, regionais, continentais e mundiais.

Com relação à autonomia das Universidades públicas e privadas o artigo 29

expressa:

ARTIGO 29*. – As instituições universitárias terão autonomia acadêmica e institucional, que compreende basicamente as seguintes atribuições: a) Ditar e reformar seus estatutos, os que

* Observado por: Decreto Nacional 268/95 Art.1(B.O. 10-08-95). Inciso e) vetado parcialmente.

serão comunicados ao Ministério de Cultura e Educação aos fins estabelecidos no artigo 34⁵ da presente lei; b) Definir seus órgãos de governo, estabelecer suas funções, decidir sua integração e eleger suas autoridades de acordo ao que estabeleçam os estatutos e o que prescreve a presente lei;...; d) Criar carreiras universitárias de graduação e de pós-graduação ; e) Formular e desenvolver planos de estudo, de investigação científica e de extensão e serviços à comunidade incluindo o ensino da ética profissional e a formação e capacitação sobre a problemática da incapacidade...

2. 4 Filosofia da Universidade:

O papel da Filosofia da Universidade é conceituar a Universidade, definir o que ela é e o que não é, enumerar e hierarquizar as finalidades, ou, a missão da Universidade, analisando se a finalidade principal é pesquisa, ensino, formação profissional, verdade, sociedade, ou o homem. Finalmente, compete-lhe mostrar quem e o que faz a Universidade: professores, estudantes, pesquisadores, pessoal técnico-administrativo, etc. (Tobias, 1969).

A enumeração e hierarquização das finalidades de uma universidade realizam-se com base num conjunto de valores, é orientada por valores (TOBIAS, 1969). Para conceituar estes valores, Morente (1980) apresenta quatro categorias: o valer, a qualidade, a polaridade e a hierarquia.

Morente (1980) faz uso de um termo do filósofo alemão Lotze para apresentar a primeira categoria, quando diz que “os valores não são, mas *valem*”. Uma coisa é valor e outra coisa é ser. “Quando dizemos de algo que vale, não dizemos nada de seu ser, mas dizemos que não é indiferente” (MORENTE, 1980, p.300). A não indiferença é a essência do valer, e o valer é não ser indiferente. Porém, se consideramos a finalidade como um objeto

⁵ Ver anexo.

ideal que pertence à categoria do ser, os valores associados à finalidade não dirão nada de seu ser, mas não serão indiferentes a ela.

O valor e a finalidade não podem ser separados ontologicamente. O valor não é um ente, mas é sempre algo que adere à coisa e, por conseguinte, é chamado de qualidade. Esta é a segunda categoria do valor, a qualidade. Esta não é uma qualidade real, nem ideal, ela é irreal. Não existe separada da finalidade, nem pode ser demonstrada, a única coisa que se pode fazer com os valores é mostrá-los. Em função do exposto “os valores não são entes, mas valentes. Que os valores são qualidades de coisas, qualidades irrealis, qualidades alheias à quantidade, ao tempo, ao número, ao espaço, e absolutas” (MORENTE, 1980, p.303). Os valores estão aí, não são criados, senão descobertos pelos homens num determinado momento da história.

A terceira categoria é a polaridade. Ao analisar a não-indiferença associada aos valores, esta implica a existência de um ponto de indiferença e que isso, que não é indiferente, se afasta mais ou menos desse ponto de indiferença. Por conseguinte, “toda não-indiferença implica estruturalmente de um modo necessário, a polaridade” (MORENTE, 1980, p.303). Essa polaridade consiste num afastamento de zero, positivo ou negativo. Porém, uma finalidade poderá ser considerada adequada ou inadequada, conveniente ou inconveniente. A polaridade dos valores é fundada, porque os valores expressam qualidades irrealis, mas objetivadas, das coisas mesmas. Ao contrário, os sentimentos expressam vivências internas logicamente infundadas, mas causalmente fundadas.

A quarta categoria é a hierarquia, os valores têm hierarquia. A não-indiferença dos valores em suas relações múltiplas, uns com respeito aos outros, é o fundamento da sua hierarquia. Por exemplo, um valor ético, como justo ou injusto, num determinado momento histórico ou numa determinada situação, pode valer mais do que um valor útil, como adequado ou inadequado (MORENTE, 1980).

Nem sempre esses valores estão conscientes, explícitos. Esse direcionamento inconsciente pode decorrer de massificação, do *sensu comum*. A Filosofia da Universidade tem lugar quando existe uma reflexão crítica sobre o sentido e o significado da Universidade, quando a validade do *sensu comum* é questionada, para ser efetivamente aceita ou não. Deste modo, o processo de filosofar sobre a Universidade permite, depois de inventariar os valores vigentes e de criticá-los, a reconstrução crítica dos valores que sejam significativos para compreender e orientar a vida da Universidade em todos seus momentos e em todos seus processos (LUCKESI, 1994).

2.5 Missão, Fins e Funções da Universidade:

Segundo Tobias (1969), a missão da universidade “é uma especificação da finalidade; é a finalidade enquanto aplicada às pessoas que tem algo a fazer de responsabilidade”. Para se falar em missão da universidade é necessário estabelecer o que se entende por finalidade. Finalidade ou o fim “é uma coisa”, em função da qual se age. “Toda finalidade supõe ação, movimento, pelo menos em potência”. Se duas universidades têm diferentes finalidades, diferentes fins, ou coisas que querem atingir, os meios, as ações, e o modo em que se tratam os alunos, professores, investigadores, e a sociedade, serão decorrentes de aquela finalidade.

Segundo Taquini (1972), os fins para uma universidade seriam o que as aspirações são para um homem. Estes são de caráter transcendental e extensivo, a diferença dos objetivos que são mais imediatos. A universidade, ao atingir seus objetivos, tende gradativamente ao logro de seus fins.

Para Tobias (1969), a Universidade tem uma finalidade última (ex: a *verdade*, o *homem*, etc.), e tem fins intermediários relativos ao fim último. Estes fins poderiam ser, dependendo do fim último: o *profissionalismo*, tendência que põe como fim da universidade formar profissionais; o *tecnicismo*, segundo qual um fim da universidade é formar e diplomar técnicos; a *departamentalização* da universidade, que tenta deslocar para esta divisão segregada o fim da universidade; a *docência*, que é um meio nascido de um outro fim: a pesquisa; a *moralização*, segundo a qual o fim da universidade é transmitir educação moral, evitar errar, repassar ideologia ou filosofia de uma pessoa ou partido, dar educação; o *nacionalismo*, ou o *regionalismo*, segundo qual o fim da universidade é cuidar da nação ou ajudar a conhecer e a desenvolver os recursos da região; *ministrar “cultura geral”*, dar cultura geral; a *pesquisa*, segundo a qual o fim da universidade é o conhecimento; e a *sociedade*, tendência que propõe como fim da universidade o benefício da sociedade, ou o serviço à sociedade.

Quando se toma consciência dos fins da Universidade, também se toma consciência da realidade da Universidade. Isto acontece porque os fins conformam um modelo ou ideal que, quando comparado com a realidade, fornece as verdadeiras ausências, aquilo que deve ser feito. Por outro lado, os fins entendidos desta maneira “determinam a forma e as funções da Universidade, ou em outras palavras, definem o modelo universitário para uma ação racional, planejada” (PAVIANI e POZENATO, 1984, p 21).

As funções da universidade têm-se transformado segundo a necessidade de cada época. Hoje, a universidade é multifuncional, embora algumas destas funções se cumpram de forma fragmentada e, às vezes, acidentada. Estas funções, definidas e classificadas dos mais diversos modos, estão relacionadas entre si, não sendo possível realizar bem uma, sem as demais. Um exemplo disso é a formação profissional, dado que esta depende da qualidade do ensino e da pesquisa (PAVIANI e POZENATO, 1984).

Para Ricoeur (1983), a universidade deve satisfazer duas exigências contrárias: assegurar a pesquisa livre e prover a nação com profissionais. Esta contradição explica porque na Universidade convivem diferentes idéias, sendo somente o nome coletivo dado a todos os estabelecimentos onde é ministrado um ensino pós-secundário.

2. 6 Universidade e Sociedade:

Segundo Paviani e Pozenato (1984, p.29), “a universidade é parte de um sistema político-econômico-social e ideológico, no sentido amplo destes termos, que a determinam em sua forma e funções”. Assim, nenhuma atividade universitária é absolutamente autônoma. Nela estão presentes os mais variados interesses da época, da comunidade regional, do Estado e dos organismos internacionais. A Universidade como reflexo de um projeto de manutenção ou transformação da sociedade, não pode ser pensada isoladamente do contexto social que a origina e situa.

Para Luckesi (1994), a Universidade não é um fim em si mesma, mas um instrumento de manutenção ou transformação social. A reflexão filosófica sobre a Universidade tem lugar dentro de uma sociedade que deve possuir alguns valores norteadores sobre sua prática.

As universidades alemãs e anglo-saxônicas, por sua atitude de independência do poder público, estão mais próximas do modelo liberal. Para Jaspers (apud DRÈZE E DEBELLE, 1983), representante notório da tradição intelectual alemã, a busca da verdade é uma tarefa à qual os homens devem poder se consagrar livremente e com todas as suas energias. Centralizada sobre a procura da verdade, a Universidade tem o direito e o dever de

manifestá-la, daí originando-se a liberdade de cátedra, a liberdade administrativa e a liberdade da Universidade em relação ao Estado (TOBIAS, 1969). A Universidade anglo-saxônica, se bem, voltada para a formação integral da pessoa, também mostrava uma marcada autonomia.

A Universidade francesa se centralizou em tarefas diretamente úteis ao Estado. Sua função sócio-política, a coloca como peça na engrenagem da administração central, posicionando-se mais próxima do modelo funcional. Estes modelos, liberal e funcional, são os pólos entre os que se situam as restantes universidades do mundo (RICOEUR, 1983).

O modelo americano de Universidade tinha mudado profundamente na direção da evolução social da que faziam parte. Ao invés do estudante como indivíduo, havia as necessidades da sociedade. Ele serve à sociedade quase como um escravo segundo KERR (1982), uma sociedade que ela também critica. Este modelo é muito sensível às pressões de seus inúmeros públicos particulares, ele é influenciado por ex-alunos, doadores, fundações, agências federais, comunidades profissionais empresariais, rurais e sindicais, escolas públicas, como também uma imprensa inquisitiva. As linhas divisórias entre o externo e o interno tornam-se indistintas, com a correspondente perda de autonomia (KERR, 1982).

Segundo Luckesi (1994), a relação predominante entre as universidades confessionais e a sociedade é a de redenção, onde o importante é manter e conservar a sociedade, integrando as pessoas no todo social. Nesta compreensão, a educação está voltada para a formação da personalidade dos indivíduos, para desenvolvimento de suas habilidades e para a formação ética, tendência em que a universidade coloca-se fora da sociedade e tem por finalidade a adaptação do indivíduo à mesma.

Segundo Paviani e Pozenato (1984), é uma ilusão pensar que a Universidade não é, também, um centro político, desde que não se compreenda política como mera ação partidária. Neste sentido, “o papel do pedagogo é um papel político. Sempre que o pedagogo deixou de fazer política, escondido atrás de uma pseudo-neutralidade da educação, estava

fazendo, com a sua omissão a política do mais forte, a política da dominação...” (GADOTTI apud PAVIANI e POZENATO, 1984, p. 31). Assim, toda ação universitária é sustentada por núcleos ideológicos, e ignorá-los é fazer a política dos interesses pessoais ou dos valores comprometidos.

Com relação ao desenvolvimento, a Universidade contemporânea, além de sua vocação universalista em relação à ciência, pode ter uma acentuada vocação regionalista. Numa sociedade subdesenvolvida talvez seja este o melhor caminho, o impulso seguro para o crescimento econômico, o bem-estar social e a independência cultural. Assim, a Universidade voltada para os problemas da região deve possuir características próprias de estrutura e funcionamento (PAVIANI e POZENATO, 1984).

Universidade e Sociedade argentinas:

Nos últimos anos, segundo Etcheverry (1999), a verba de recursos confirma o desinteresse da diligência argentina pela educação. A porcentagem da riqueza que gera um país destinado a uma determinada finalidade, para o autor, constitui uma boa forma de se estabelecer à importância relativa que a sociedade atribui para esse objetivo. De acordo com um estudo publicado em 1998, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Argentina investiu, durante 1995, fundos públicos em educação equivalentes a 3,4% do total da riqueza que gera (PIB), e privados correspondentes ao 0,75% do PIB, o que soma um total de 4,1% do PIB. Em América Latina, Chile e México investiram 5,6% e o Brasil 5,1% de seus respectivos PIB (no caso do Brasil, trata-se só do investimento público). A UNESCO recomenda que os países em desenvolvimento destinem para a educação pelo menos o 6% do PIBs. De acordo com cifras oficiais, a Argentina dedicou, em

1996, 0,7% do PIB à educação universitária. Nos países da OCDE, a porcentagem correspondente foi de 1,5%.

Da análise sumária destes dados, fica claro que a sociedade argentina não se comprometeu a realizar o investimento necessário para proporcionar a todos os seus integrantes as ferramentas educativas básicas porque, na realidade, não atribui nessa tarefa tanta transcendência como manifesta (ETCHEVERRY, 1999).

No marco das Primeiras Jornadas de Reflexão sobre a Educação Superior na Argentina⁶, em agosto de 2004, se reconheceu que a variedade de instituições com fins, funções e prioridades diferentes, são parte das novas exigências e desafios que enfrenta a educação superior. Os reitores reunidos no Conselho Interuniversitário Nacional assumiram o compromisso de afiançar uma universidade que:

- Forme cidadãos livres, com convicções éticas e compromisso social, com o mais alto nível de qualidade em toda a diversidade dos saberes.
- Amplie as fronteiras do conhecimento, com equilíbrio entre pesquisa básica e pesquisa orientada para o benefício da sociedade.
- Interatue entre setor produtivo e estado.
- Tenha papel protagônico na construção de uma sociedade em que a educação, o conhecimento e os demais bens culturais se distribuam democraticamente.

Os temas tratados nestas jornadas e os compromissos assumidos pelos reitores participantes mostram um forte interesse pelo ensino, a pesquisa e a extensão. Particularmente pelo ensino e pesquisa voltados para o benefício da sociedade. Nestes debates, a Universidade é considerada parte de um sistema político-econômico-social e é assumida como um

⁶ Disponível em: <<http://www.weblog.educ.ar/noticias/archives/002417.php>>. Acesso em: 20 de dez. 2004.

instrumento de manutenção e transformação social. Mas, quais são os valores da sociedade em que esta universidade está inserida?

Ante esta pergunta, Etcheverry (1999) coloca que, os jovens lêem com grande astúcia os sinais que envia o mundo em que eles deverão viver. Seguem com grande dedicação os ensinamentos dos “verdadeiros pedagogos nacionais”: a televisão, a publicidade, o cinema, o esporte, a música popular, a política e tudo o que entra nos espaços de celebridade que eles definem. Os mais inteligentes percebem que é mais importante aprender o que a sociedade ensina implicitamente com suas ações e através de suas estruturas de recompensa que o que predica as instituições educativas.

Segundo Etcheverry (1999), a sociedade argentina, que honra a ambição descontrolada, recompensa à cobiça, celebra o materialismo, cultiva a superficialidade e despreza o intelecto, pretende depois se dirigir aos jovens para convencê-los, com a palavra, da força do conhecimento e das bondades da cultura. Este fato deixa claro o conflito de valores que existe entre os diversos setores que compõem a sociedade argentina. Por um lado, a verba de recursos destinada à educação manifesta o desinteresse da classe política nesta área. Por outro, um grupo de professores, pesquisadores e reitores ocupa-se de que a Universidade seja fonte de mudanças e transformações sociais, com foco no ensino, pesquisa e extensão, enquanto que, os jovens, em função da incerteza na qual se desenvolvem, vêm-se impotentes e tentam ingressar o quanto antes no mercado de trabalho, sem importar o preço.

3 METODOLOGIA

A ciência, em sua compreensão atual, não pretende classificar como verdadeiros seus resultados, mas, consciente de sua falibilidade, busca saber sempre mais. “O que alcança é a aproximação da verdade, através de métodos que proporcionam um controle, uma sistematização, uma revisão e uma segurança maior do que as formas convencionais não científicas ou pré-científicas” (KÖCHE, 1997, p.79). Essa segurança ela adquire ao procurar ser metódica e buscar constantemente o aperfeiçoamento e a correção dos métodos de investigação. Cada área do conhecimento procura definir que métodos são mais confiáveis, quais possibilitam eliminar mais facilmente o erro e, principalmente, quais proporcionam as condições apropriadas para a reflexão crítica (KÖCHE, 1997).

“O valor da ciência repousa não nos resultados perseguidos, mas no método que emprega” (MELO, 1987, p.15).

3.1 Delineamento de pesquisa

Este trabalho é do tipo descritivo dado que seu foco essencial reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, em particular as instituições que compõem o sistema educativo superior argentino e seus valores (TRIVIÑOS, 1995). Babbie (1998) acrescenta que as pesquisas descritivas permitem descrever as características de determinada população ou fenômeno e podem estabelecer relações entre variáveis.

A pesquisa é basicamente qualitativa, dado que segundo Minayo (2001, p.14) a

pesquisa qualitativa, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Utiliza-se também o método comparativo de análise, para efeito deste estudo, já que serão analisados os discursos de cada universidade pertencente ao sistema educativo argentino em busca de características similares e diferenciadas. Esse método, na concepção de Lakatos (1991), possibilita determinar relações entre atributos e variáveis organizacionais, propiciando um melhor entendimento do comportamento dos grupos sociais, em virtude de realizar comparações com o objetivo, de verificar similaridades e percepções diferenciadas entre os grupos. Aplica-se, tanto em estudos qualitativos como quantitativos, além de analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais.

Para apresentar melhor a compreensão do contexto das investigações científicas e, mais estreitamente, as formas clássicas de classificação das pesquisas, recorrerá-se à estratificação delineada por Silvia e Menezes (2001), entre outros teóricos. Segundo eles, a natureza desta pesquisa é básica, sendo que visa alcançar o saber, procura ampliar o campo do conhecimento, sem preocupar-se, de imediato, com aplicabilidade dos resultados.

3. 2 Perguntas de pesquisa

Segundo Triviños (1994), as questões de pesquisa partem das idéias colocadas na formulação do problema e dos objetivos da investigação. Considerando-se a questão central da pesquisa “Quais os fins da Universidade mais valorizados pelas universidades argentinas nos seus discursos oficiais?” de acordo com os objetivos específicos definidos neste trabalho,

identificam-se as seguintes questões de pesquisa ou perguntas norteadoras:

- Quais os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais de cada universidade Argentina?
- Quais os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais das Universidades Públicas, Confessionais e Privadas não Confessionais da República Argentina?

3.3 Descrição das técnicas de coleta de dados

Os dados foram obtidos a partir da análise documental, particularmente da análise das páginas publicadas na Internet, pelas universidades do sistema educativo argentino.

A análise documental, segundo Godoy (1995), consiste na análise e estudo de documentos considerados importantes como fontes de dados, onde se buscam novas interpretações, ou interpretações complementares, através do exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados. A palavra “documentos” neste sentido deve ser entendida de forma ampla, incluindo os materiais escritos como estatutos, discursos de reitores, relatórios que expressem a missão ou os objetivos da universidade, entre outros.

Uma das vantagens básicas deste tipo de análise é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas, ou por problemas de distância. A análise documental é também apropriada para estudar longos períodos de tempo, buscando identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno.

3. 4 Descrição da técnica de análise de dados

Utilizou-se a análise de conteúdo como técnica de análise de dados, técnica particularmente usada para os estudos de tipo qualitativo, caracterizada por sua objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1989). Triviños (1995), acrescenta que o emprego deste método é recomendado para o estudo de motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc.

Bardin define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas da análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1977, p 42).

Da definição desprende-se que o campo de aplicação da análise de conteúdo é muito vasto: as comunicações, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser decifrado por esta técnica (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977), a inferência, como dedução lógica dos saberes implícitos nos conteúdos, é uma característica essencial desta técnica. Se a descrição (a enumeração das características do texto) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário.

Este método procura afastar-se da ilusão da transparência dos fatos sociais, pretende compreender para além dos significados imediatos. De forma geral, esta técnica permite a ultrapassagem da incerteza (rigor) e o enriquecimento da leitura, mediante uma

leitura atenta, que possibilite o esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos que, *a priori*, não detínhamos a compreensão (BARDIN, 1977).

3.5 Pré-análise

É a fase de organização propriamente dita. Tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais. Entre as missões que caracterizam esta etapa encontram-se: a elaboração dos indicadores, a preparação do material e a definição das categorias da análise (BARDIN, 1977).

A elaboração de indicadores que facilitem a exploração, inferência e interpretação do discurso se faz por meio da definição de unidades de registro e a regras de enumeração, levando sempre em consideração os objetivos da pesquisa. A unidade de registro é uma unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a sua posterior categorização. Neste caso, recorreu-se à análise temática, que utiliza o “tema” como unidade de registro. O tema representa uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; sua validade não é de ordem lingüística, mas antes de ordem psicológica. Podem constituir um tema, tanto uma afirmação como uma alusão. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, etc (BARDIN, 1977).

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde a um segmento da mensagem, cujas dimensões, superiores às da unidade de registro, são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977), as regras de enumeração indicam o modo de contagem das unidades de registro. Dentro da abordagem qualitativa, recorrem a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências: presença/ausência, direção da afirmação e ordem de aparição. Numa abordagem quantitativa recorre-se a indicadores frequenciais que levam em consideração o número de vezes que o tema aparece no discurso e permitem demarcar a força ou o grau de convicção expressa no assunto: a frequência e a intensidade. As regras de enumeração utilizadas neste trabalho incluem: a presença (ou ausência) de determinadas unidades de registro, a frequência, a intensidade com que cada elemento aparece, a co-ocorrência e a direção da afirmação.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero, com os critérios previamente definidos. As categorias são classes, as quais reúnem um grupo de unidades de registro sob um título genérico (BARDIN, 1997). As categorias de análise utilizadas neste trabalho encontram suas bases no marco teórico e correspondem às categorias utilizadas por diversos autores: Ensino; Pesquisa; Extensão e, em função do caráter confessional de algumas universidades, Religião. A categoria Ensino inclui duas subcategorias: Ensino Profissionalizante e Ensino Integral.

Dada a singularidade dos discursos oficiais, estruturados segundo leis próprias, num primeiro momento, estes são analisados em si e não de forma comparativa. Nesta etapa, a análise é basicamente qualitativa, levando em consideração as singularidades, acidentes e raridades, possuidoras de um sentido muito forte que não pode ser abafado. Numa segunda instância, uma vez analisados todos os discursos em forma individual, recorreu-se a uma análise principalmente quantitativa que facilitou inferências mais gerais.

3. 6 Interpretação dos termos e das categorias de análise

A interpretação dos termos utilizados na representação dos fenômenos investigados na presente pesquisa tem como objetivo principal fazer com que estes sejam claros, objetivos e adequados. Esta etapa do trabalho torna-se relevante já que os conceitos podem ter significados diferentes e criar confusões.

A interpretação pode ser objetiva através de definições. Podem ser desenvolvidos dois tipos de definições de termos: definição constitutiva e definição operacional. Apresenta-se , a seguir, as definições dos principais termos abordados neste estudo, de modo a tornar claro ao leitor o sentido a ser adotado aos mesmos durante a pesquisa.

3. 6. 1 Definição constitutiva:

São definições consideradas importantes e que visam esclarecer conceitos já inclusos no presente trabalho, atribuindo-lhes significado no contexto em que são empregados, aumentando sua utilidade para a pesquisa. Com base na fundamentação teórica, em seguida, são apresentadas as definições necessárias para um melhor entendimento deste trabalho.

- Fins ou finalidades da Universidade: são coisas que a universidade quer atingir, em função das quais ela age. Toda finalidade supõe ação, movimento, pelo menos em potência. Se duas universidades têm diferentes finalidades, diferentes fins, ou coisas que querem atingir, os meios, as ações, e o modo em que se tratam os alunos, professores, investigadores, e a sociedade, serão decorrentes daquela

finalidade. Estes fins são de caráter transcendental e extensivo, a diferença dos objetivos, que são mais imediatos.

- **Universidades Confessionais:** aquelas universidades que pertencem a alguma confissão religiosa. Universidades que declaram publicamente sua fé religiosa.

3. 6. 2 Definição operacional:

São definições consideradas mais restritas, que buscam definir a forma de trabalhar no contexto da pesquisa, voltadas diretamente para o objeto em estudo, possibilitando a observação, o registro e a mensuração das variáveis envolvidas no fenômeno (RICHARDSON, 1989). No mesmo sentido, Gil (1995), coloca que as respostas fornecidas por elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias.

A variável, fins da universidade, foi definida de forma conceitual. Estes conceitos têm definições gerais que é preciso esclarecer de forma objetiva, mas em geral, estas definições são ambíguas, além de abstratas. Por isso, a operacionalização desta variável é feita para dar um sentido facilmente observável, que permita operar, medir (TRIVIÑOS, 1994). No caso específico deste estudo, o interesse em operacionalizar refere-se à objetivação das categorias de análise, do plano teórico, para o empírico.

A fim de sistematizar a análise e interpretação dos dados de acordo com as questões de pesquisa, para efeito deste estudo, as categorias de análise com seus devidos indicadores são apresentadas no quadro 4.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
Ensino	Profissionalizante	Formação de profissionais - Formar líderes no desempenho profissional - Desenvolver competências profissionais
	Integral	Formação moral e intelectual do homem - Ensino do saber e da cultura - Preparação humanística
Pesquisa		Promover o avanço da ciência - Investigação - Busca do conhecimento
Extensão		Responder às demandas da comunidade - Servir à sociedade - Interatuar com a comunidade
Religião		Evangelização da cultura - Educação na fé - Luta contra o ateísmo - Missão de Jesus

Quadro 04 - Categorias de análise

4 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados, segundo Minayo (2001), é um movimento de olhar para os dados da pesquisa com a finalidade de compreender as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Selltiz (1987) destaca que o objetivo da análise é sumarizar as observações completadas, de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objeto da interpretação é a procura do sentido mais amplo de tais respostas, através de sua ligação a outros conhecimentos já obtidos.

4.1 Exploração do material

Esta fase contempla, essencialmente, operações de codificação e categorização, em função de regras previamente formuladas na pré-análise. A transformação dos dados brutos do texto foi efetuada segundo regras precisas que, por recorte, agregação e enumeração, permitiram atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 1977).

Universidades Confessionais:

No quadro 05, apresenta-se a lista de Universidades Confessionais com sede na República Argentina e sobre as quais foi feita a análise. Cada “O” representa uma unidade de registro, de um tema, de uma afirmação ou alusão sobre a finalidade da Universidade. Em função do significado contido em cada unidade de registro, foram categorizadas. As unidades correspondentes com fins religiosos foram colocadas de cor vermelha, enquanto que, as restantes “O” da mesma cor mostram uma co-ocorrência, indicando que aparecem na mesma unidade de contexto. Aquelas de cor azul são unidades de registro que, em função

UNIVERSIDADES		Ensino		Pesquisa	Extensão	Religião
1	Universidad FASTA	OO	OOOOO	OOO	O	OOOOO O
2	Universidad Católica de Buenos Aires	O	OOOOO	OO	OOO	OOOOO OOOO
3	Universidad Católica de Cuyo	OO	O			O
4	Universidad Católica de Santa Fe	O	OO	OO	OO	OOO
5	Universidad Católica de La Plata	-	-	-	-	-
6	Universidad Católica de Salta		O	O	O	O
7	Universidad Católica de Santiago del Estero		O			OOO
8	Universidad Católica de Córdoba	O	OOO	O		OOO
9	Universidad Adventista del Plata	OOOOO	OOOOO			OOOO
10	Universidad del Salvador	OO	OOOOO	OO		OOOO
11	Universidad Austral	O	OO	O	O	O
12	Universidad Champagnat	OO	OO			O
13	Universidad del Norte "S. T. de Aquino"	O	OOO	O	O	O
SUBTOTALS		16	34			
TOTAIS		50		13	8	37

OO menor intensidade; O co-ocorrência.

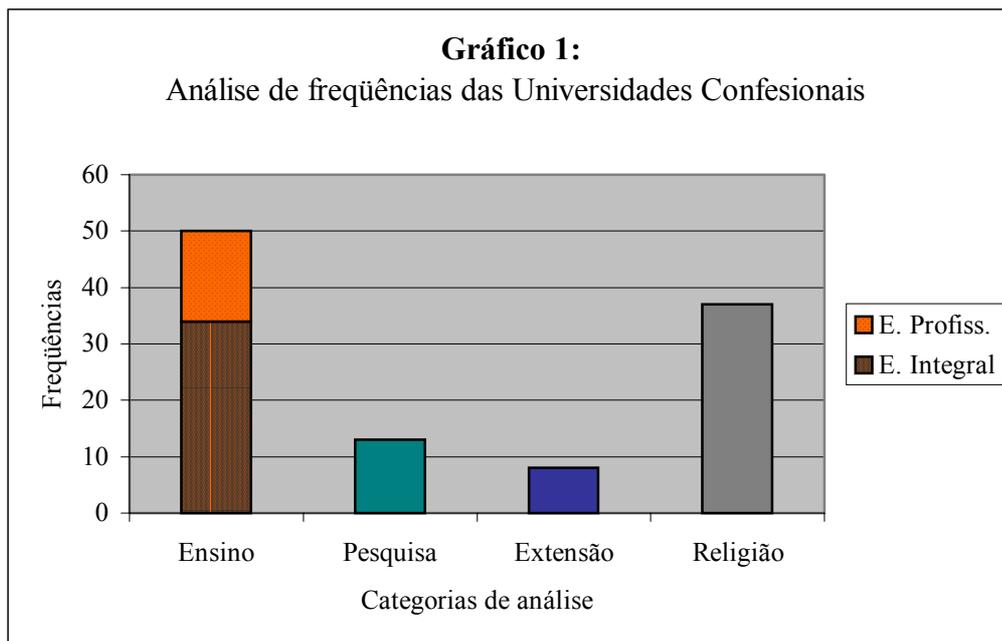
Quadro 05 - Exploração do material sobre Universidades Confessionais

da unidade de contexto onde estão inseridas, mostram menor intensidade. Estas unidades, aos fins da análise freqüencial valem meio ponto. A Universidade Católica de La Plata não apresenta informação suficiente para incluir-se na análise.

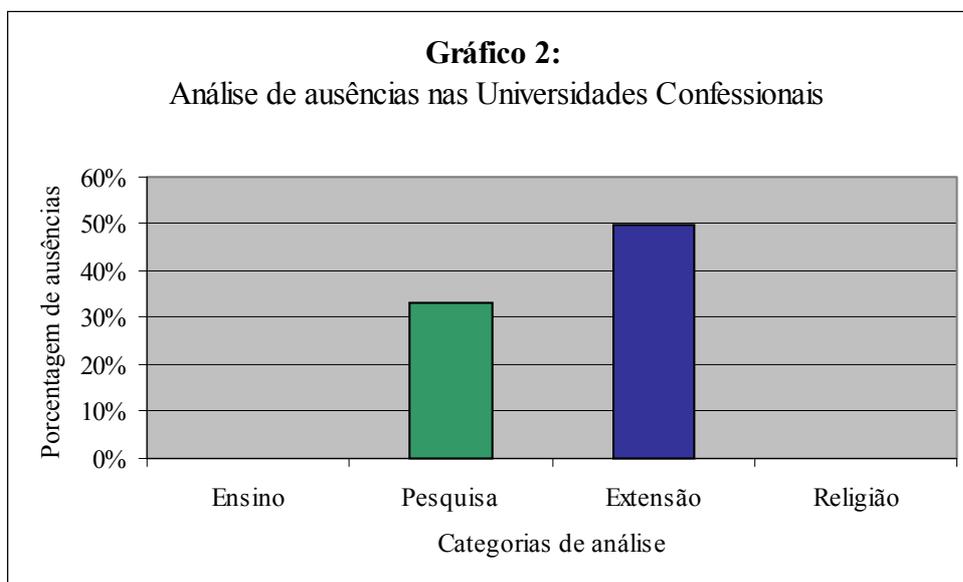
A categoria Ensino apresenta uma freqüência de cinquenta unidades de registro. Destas unidades, o cinquenta e dois por cento tem relação com fins religiosos (ver no quadro 4 as “O” vermelhas localizadas na coluna do Ensino Profissionalizante e Ensino Integral). Em todas as universidades encontra-se ao menos uma unidade de significado relacionada com esta categoria de análise. O Ensino apresenta-se entre os fins mais citados em dez das doze universidades confessionais analisadas. Do total de unidades de registro, dezesseis (trinta e dois por cento) correspondem ao Ensino Profissionalizante, enquanto que, as restantes trinta e quatro unidades correspondem ao Ensino Integral. Ver gráficos 1, 2 e 3.

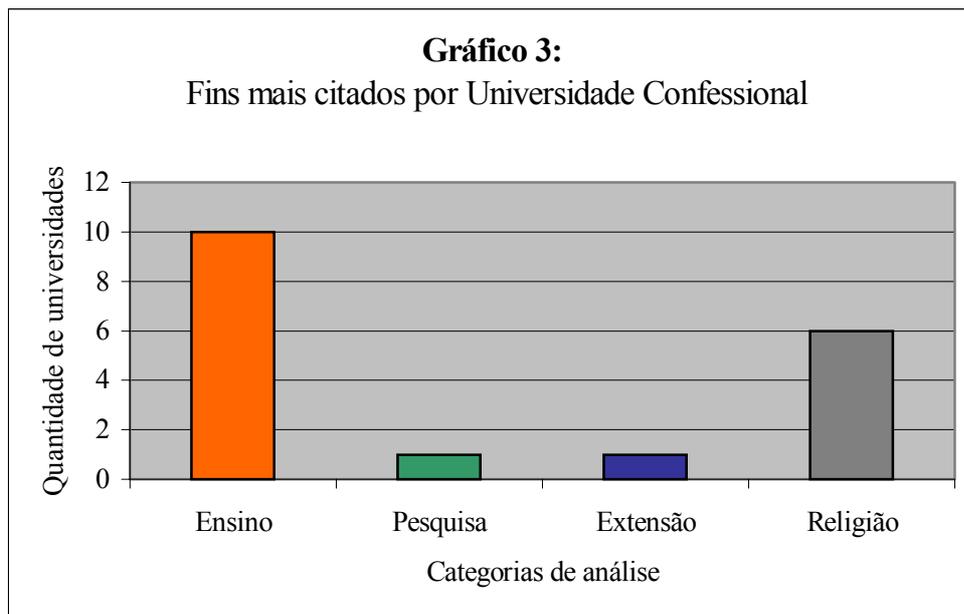
A categoria Pesquisa apresenta uma freqüência de treze unidades de registro, e quarenta e seis por cento tem relação com fins religiosos (ver no quadro 4 as “O” vermelhas localizadas na coluna da Pesquisa). Quatro universidades não fazem referência à pesquisa, o que representa uma porcentagem de ausência de trinta e três por cento. Esta categoria de análise aparece entre os fins mais citados por uma universidade, a Universidade Católica de Cuyo. Ver gráficos 1, 2 e 3.

A categoria Extensão apresenta uma freqüência de oito unidades de registro. Destas unidades, o vinte e cinco por cento tem relação com fins religiosos (ver no quadro 4 as “O” vermelhas localizadas na coluna da Extensão). Esta categoria de análise apresenta um cinquenta por cento de ausências de unidades de significado e aparece entre os fins mais citados em uma universidade, a Universidade Católica de Salta. Ver gráficos 1, 2 e 3.



A categoria Religião apresenta uma frequência de trinta e sete unidades de registro. Em todas as universidades encontra-se ao menos uma unidade de significado relacionada com esta categoria de análise e aparece entre os fins mais citados em seis das doze Universidades Confessionais analisadas. Ver gráficos 1, 2 e 3.





Universidades Privadas não Confessionais:

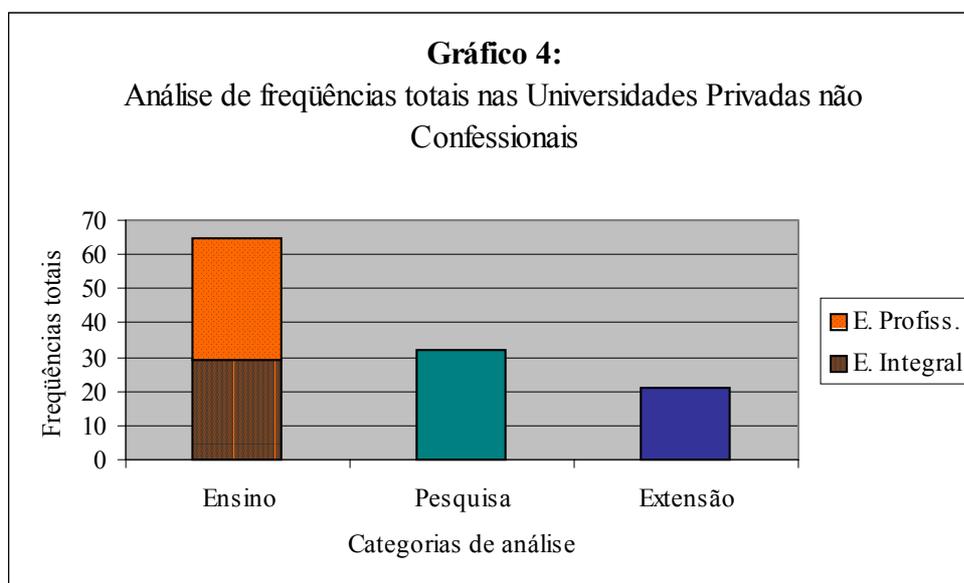
No Quadro 06, apresenta-se a lista de Universidades Privadas não Confessionais com sede na República Argentina. Cada “O” representa uma unidade de registro, de um tema, de uma afirmação ou alusão sobre a finalidade da Universidade. Em função do significado contido em cada unidade de registro, foram categorizadas. Aquelas de cor azul são unidades de registro que, em função da unidade de contexto onde estão inseridas, mostram menor intensidade. Estas unidades, aos fins da análise frequencial valem meio ponto. As Universidades de Belgrano, CAECE, Morón y del Museo social Argentino não apresenta informação suficiente para incluir-se na análise.

UNIVERSIDADES		Ensino		Pesquisa	Extensão
		Profiss.	Integral		
1	Universidad "Juan Agustín Maza"		00		
2	Universidad Abierta Interamericana	0	0	0	0
3	Universidad Argentina "J. F. Kennedy"	0	0	0	0
4	Universidad Argentina de la Empresa	0			
5	Universidad Atlántida Argentina			00	00
6	Universidad Blas Pascal	00			
7	Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales	000			
8	Universidad de Concepción del Uruguay			0	0
9	Universidad de Congreso	0	0		
10	Universidad de Flores		0	0	00
11	Universidad de la Cuenca del Plata	00	00	00	000
12	Universidad de la Marina Mercante	00	00	0	0
13	Universidad de Mendoza	00	000	0	0
14	Universidad de Palermo	0	00	0	0
15	Universidad de San Andrés		0	0	0
16	Universidad del CEMA	0	0	000	
17	Universidad del Centro Educativo Latinoamericano		0		
18	Universidad del Cine	00	00	0	
19	Universidad Empresarial Siglo XXI	000	00	00	
20	Universidad Favaloro	0	0	00	
21	Universidad Maimónides	00	00	0	0
22	Universidad Torcuato Di Tella	0	0	0	
23	Universidad de Bologna*	0	0	00	
24	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales**	00	0	000	0000
25	Universidad del Aconcagua		0	0	0
26	Universidad Notarial Argentina	00000000	00	00000	00
27	Universidad CAECE	-	-	-	-
28	Universidad de Belgrano	-	-	-	-
29	Universidad de Morón	-	-	-	-
30	Universidad del Museo Social Argentino	-	-	-	-
SUBTOTALS		36	29		
TOTAIS		65		32	21

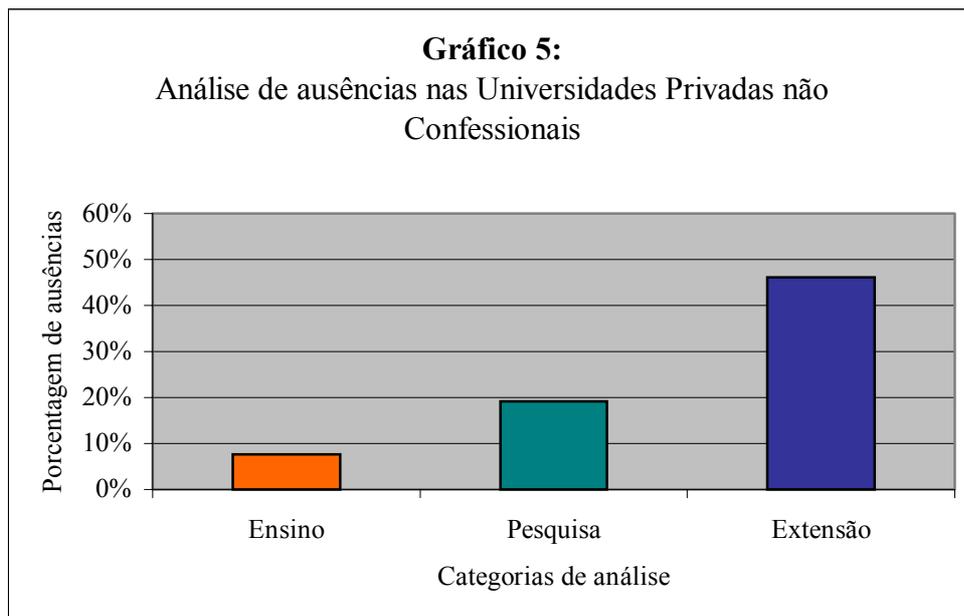
○ menor intensidade; * Universidade Estrangeira; ** Universidade Internacional

Quadro 06 – Exploração do material sobre Universidades Privadas não Confessionais

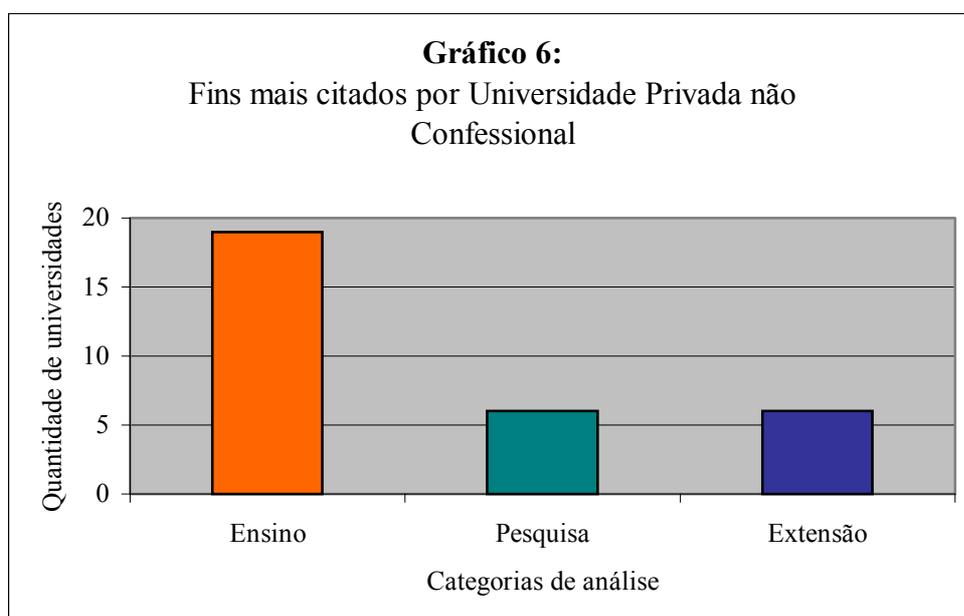
A categoria Ensino apresenta uma frequência de sessenta e cinco unidades de registro e uma porcentagem de ausências de oito por cento. O ensino aparece entre os fins mais citados por dezenove das vinte e seis universidades privadas não confessionais analisadas. Do total de unidades de registro, trinta e seis (o cinquenta e cinco por cento) corresponde ao Ensino Profissionalizante, enquanto que, as dezenove restantes correspondem ao Ensino Integral. Ver gráficos 4, 5, e 6.



A categoria Pesquisa apresenta uma frequência de trinta e duas unidades de significado e uma porcentagem de ausências de dezenove por cento. Esta categoria de análise aparece entre os fins mais citados por seis das vinte e seis universidades pesquisadas. Ver gráficos 4, 5 e 6.



A categoria Extensão apresenta uma frequência de vinte e uma unidades de registro, e quarenta e seis por cento de ausências. A Extensão aparece entre os fins mais citados por seis das vinte e seis universidades analisadas. Ver gráficos 4, 5 e 6.



Universidades Públicas:

No quadro 07, apresenta-se a lista de Universidades Públicas com sede na República Argentina. Cada “O” representa uma unidade de registro, de um tema, de uma afirmação ou alusão sobre a finalidade da Universidade. Em função do significado contido em cada unidade de registro, foram categorizadas. Aquelas de cor azul são unidades de registro que, em função da unidade de contexto onde estão inseridas, mostram menor intensidade. Estas unidades, aos fins da análise freqüencial valem meio ponto. As de cor vermelha mostram uma co-ocorrência, indicando que aparecem na mesma unidade de contexto mais de uma unidade de registro. Neste caso em particular, estas co-ocorrências, mostram que a Extensão é o fim principal, ao que os restantes fins obedecem. A “X”, que aparece na coluna da Universidade Nacional de Catamarca, indica a presença de uma unidade de registro com direcionamento negativo, uma alusão que, neste caso, desvaloriza o ensino profissionalizante (“Uma universidade degradada é aquela que se auto-reproduz, é o próprio da universidade profissionalizante”⁵). Esta unidade, aos fins da análise freqüencial subtrai um ponto. A Universidade Nacional del Sur, Comahue, Jujuy, San Juan, Villa Maria, Mar del Plata, Chilecito e a Autônoma de Entre Rios não apresenta informação suficiente para incluir-se na análise.

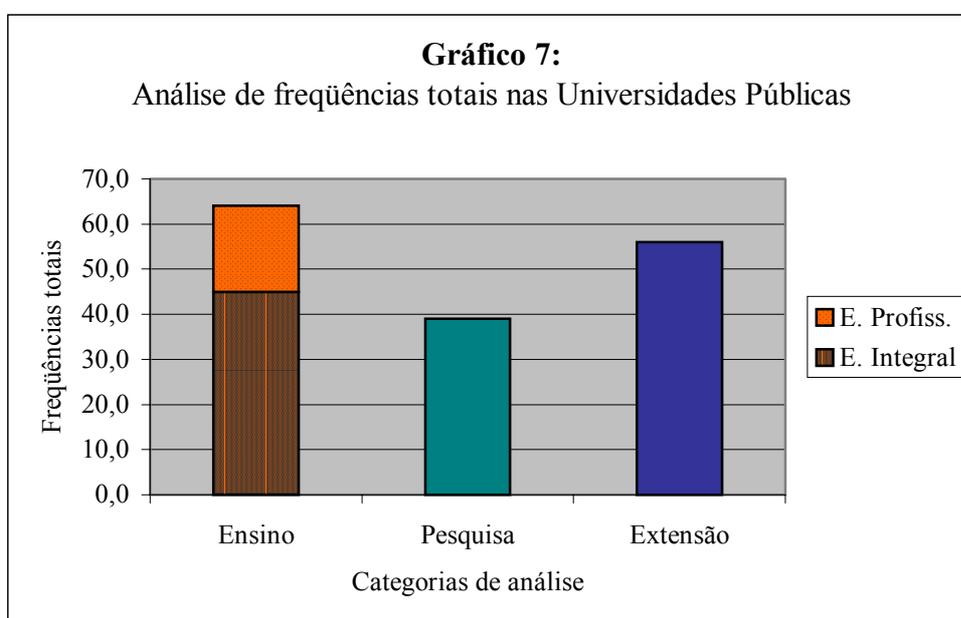
⁵ citação extraída de documentos publicados pela Universidade Nacional de Catamarca. Disponível em: <<http://www.unca.edu.ar>> Acesso em: 7 de jan. 2005.

UNIVERSIDADES	Ensino		Pesquisa	Extensão
	Proff.	Integral		
1 Universidad Nacional de la Patagonia "San Juan Bosco"	0	00	00	00
2 Universidad Nacional de Catamarca	X	00	000	000
3 Universidad Nacional del Nordeste	0	0	0	0
4 Universidad Nacional de Córdoba	0	00	0	000
5 Universidad Nacional de Río Cuarto	0	0	00	00
6 Universidad Nacional de Gral. San Martín	0	0	0	0
7 Universidad Nacional de Gral. Sarmiento	00	0	0	000
8 Universidad Nacional de La Matanza		0		00
9 Universidad Nacional de La Plata		0	0	0
10 Universidad Nacional de Lanús		0	0	000
11 U. N. de Lomas de Zamora	00	000	0	000
12 Universidad Nacional de Luján	00	00	0	00
13 Universidad Nacional de Quilmes	0	00	0	00
14 Universidad Nacional de Tres de Febrero	0	0	0	
15 Universidad Nacional del Centro de la Prov. de Bs As		0	0	0
16 Universidad Nacional de Tucumán		000	00	0
17 Universidad Nacional del Litoral		0	0	000
18 Universidad Nacional de Rosario	0	00	0	0
19 Universidad Nacional de la Patagonia Austral	0	00	0	0000
20 Universidad Nacional de San Juan				0
21 Universidad Nacional de Santiago del Estero		0	0	0
22 Universidad Nacional de La Rioja	00	00	00	00
23 Universidad Nacional de La Pampa			0	0
24 Universidad Nacional de Formosa	0	0	0	00
25 Universidad Nacional de Entre Ríos	00	000	000	0000
26 Universidad Nacional de Cuyo	0	0	0	0
27 Universidad Nacional de Salta	0	000	00	00
28 Universidad Nacional de Misiones		00	0	0
29 Universidad Tecnológica Nacional	0	0	0	
30 Universidad de Buenos Aires	0	000	000	000
31 Universidad N. del Noroeste de la Provincia de BA		0	0	0
32 Universidad Autónoma de Entre Ríos*	-	-	-	-
33 Universidad Nacional del Sur	-	-	-	-
34 Universidad Nacional de San Luis	-	-	-	-
35 Universidad Nacional de Jujuy	-	-	-	-
36 Universidad Nacional del Comahue	-	-	-	-
37 Universidad Nacional de Villa María	-	-	-	-
38 Universidad Nacional de Mar del Plata	-	-	-	-
39 Universidad nacional de Chilesito	-	-	-	-
SUBTOTALS	19	45		
TOTAIS	64		39	56

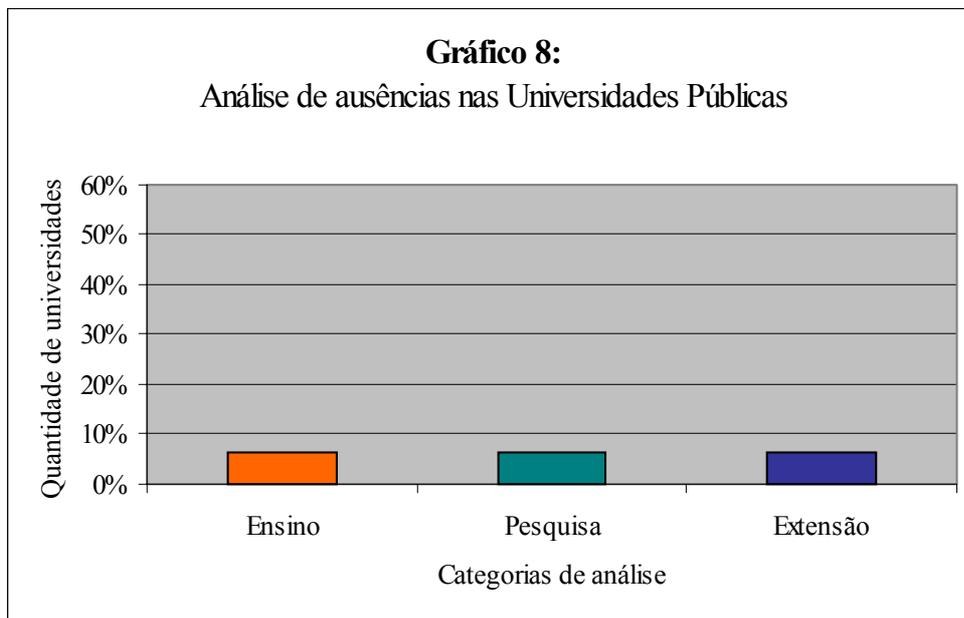
0 menor intensidade; O co-ocorrência; X direcionamento negativo; * Universidade Provincial

Quadro 07 - Exploração do material sobre Universidades Públicas

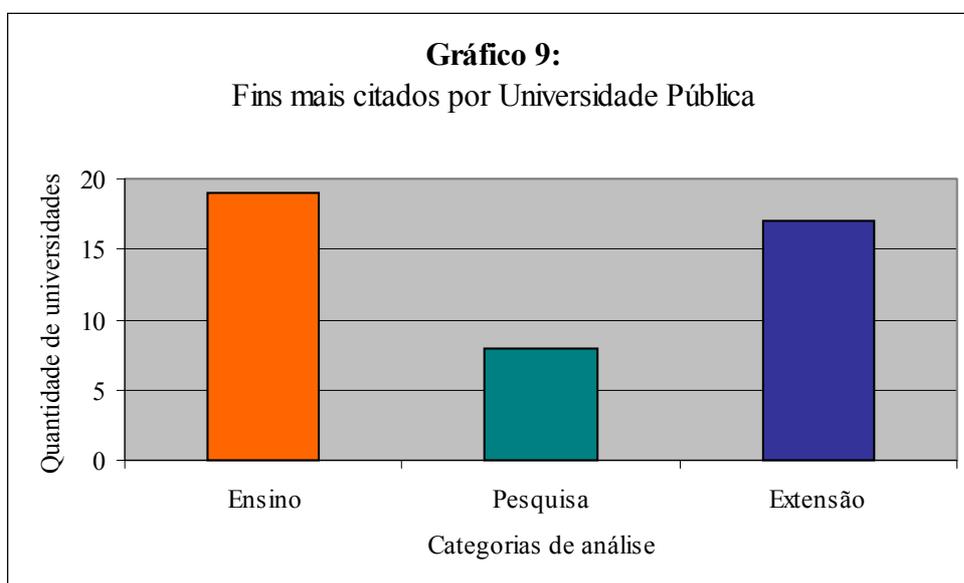
A categoria Ensino apresenta uma frequência de sessenta e quatro unidades de registro e uma porcentagem de ausências de seis por cento. Esta categoria aparece entre os fins mais citados por dezenove das trinta e uma universidades públicas analisadas. Do total de unidades de registro, dezenove (o trinta por cento) corresponde ao Ensino Profissionalizante, enquanto que, as quarenta e cinco restantes correspondem ao Ensino Integral. Ver gráficos 7, 8, e 9.



A categoria Pesquisa apresenta uma frequência de trinta e nove unidades de significado e uma porcentagem de ausências de seis por cento. Esta categoria de análise aparece entre os fins mais citados por oito das trinta e uma universidades estudadas. Ver gráficos 7, 8 e 9.

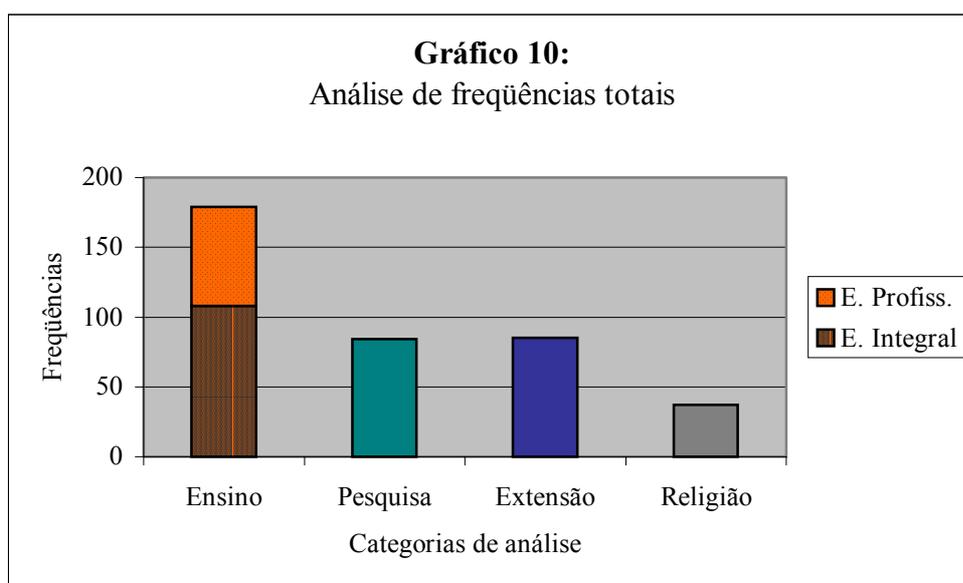


A categoria Extensão apresenta uma frequência de cinquenta e seis unidades de registro e seis por cento de ausências. A Extensão aparece entre os fins mais citados por dezessete das trinta e uma universidades analisadas. Ver gráficos 7, 8 e 9.

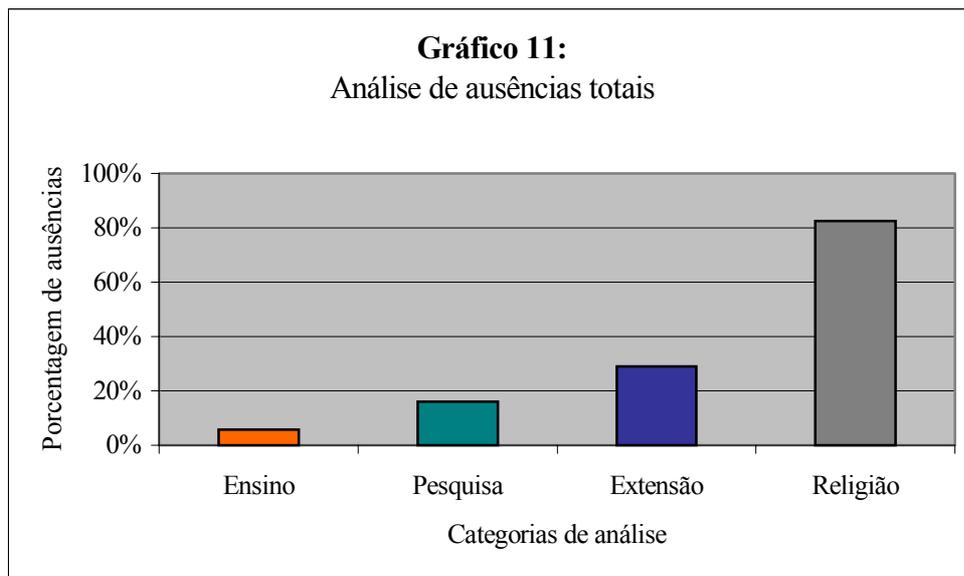


Todas as universidades reunidas:

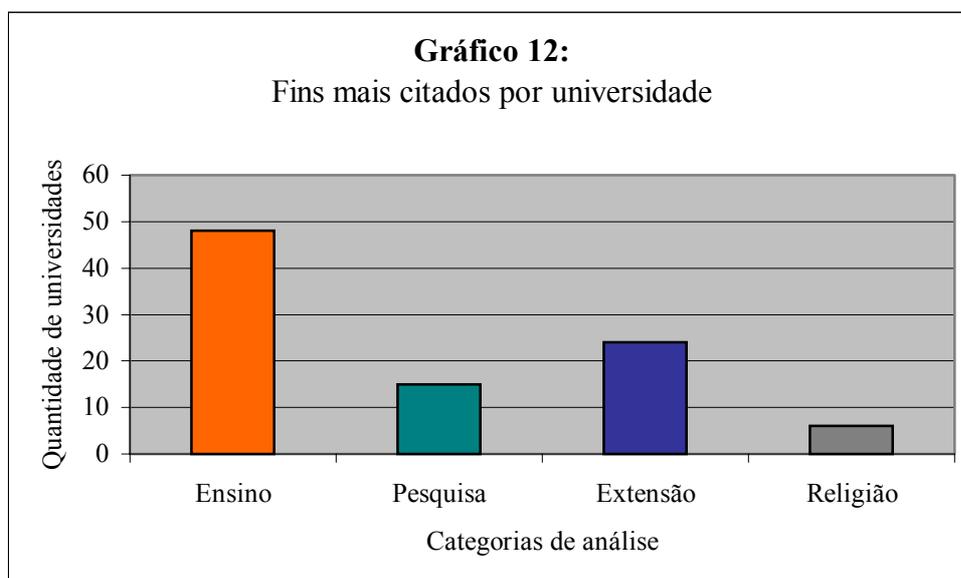
A categoria Ensino apresenta uma frequência de cento e setenta e nove unidades de registro e uma porcentagem de ausências de seis por cento. Esta categoria de análise aparece entre as mais citadas por quarenta e oito das sessenta e nove universidades analisadas. Do total de unidades de registro, setenta e uma (o quarenta por cento) corresponde ao Ensino Profissionalizante, enquanto que, cento e oito correspondem ao Ensino Integral. Ver gráficos 10, 11 e 12.



A categoria Pesquisa apresenta uma frequência de oitenta e quatro unidades de significado e uma porcentagem de ausências de dezesseis por cento. Esta categoria de análise aparece entre os fins mais citados por quinze das sessenta e nove universidades estudadas. Ver gráficos 10, 11 e 12.



A categoria Extensão apresenta uma frequência de oitenta e cinco unidades de registro e vinte e nove por cento de ausências. A Extensão aparece entre os fins mais citados por vinte e quatro das sessenta e nove universidades pesquisadas. Ver gráficos 10, 11 e 12.



4.2 Inferência e interpretação

Segundo Bardin (1977), a inferência, como dedução lógica dos saberes implícitos nos conteúdos, é uma característica essencial desta técnica, que a diferencia da simples descrição dos conteúdos. Se a descrição (a enumeração das características do texto) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário.

Universidades Confessionais:

No conjunto de Universidades Confessionais, o Ensino apresenta a maior frequência de unidades de registro, não apresenta ausências e aparece entre os fins mais citados em maior quantidade de universidades que as restantes categorias de análise. Desta forma, esta categoria apresenta-se como o fim mais valorizado nos discursos publicados nas respectivas páginas *web* das universidades confessionais. Cabe ressaltar que, a maioria das unidades de registro, correspondentes a esta categoria de análise, mostra uma co-ocorrência com fins religiosos, indicando que, o ensino estaria influenciado por estes fins.

Dentro da categoria Ensino, a subcategoria Ensino Integral aparece com maior frequência que a subcategoria Ensino Profissionalizante, não apresenta ausências e é mais citada que o Ensino Profissionalizante em nove das doze universidades estudadas. Esta valorização pela formação integral do homem pode-se achar no modelo inglês, preocupado ao mesmo tempo com a formação moral e intelectual, e o desenvolvimento integral da pessoa. Modelo que conserva a herança dos *Studia Generalia* da Idade Média, particularmente alguns

traços do modelo jesuítico, ao dar ênfase à conservação e a transmissão dos conhecimentos mais que ao seu progresso (DRÈZE E DEBELLE, 1983).

Em segundo lugar, na hierarquia de valores, aparecem os fins de caráter religioso, dado que se encontram em todos os discursos, apresentam uma alta frequência de unidades de registro e aparecem entre os fins mais valorizados por seis das doze universidades. Contudo, estes fins apresentam-se como diretrizes de caráter geral que condicionam e moldam os fins restantes expressos nos discursos destas universidades. Estas finalidades propõem direcionar a ação da Universidade em função da: “luz da verdade revelada”, “missão de Jesus”, “redenção do mundo”, “evangelização da cultura”, “cosmovisão cristã”, “educação na fé”, “Santa Bíblia”, “luta contra ateísmo”, entre outros. Estes fins aludem ao sobrenatural, à fé e ao dogmatismo, características do modelo Jesuítico que ainda perduram (LUCKESI, 1986).

A Pesquisa não aparece entre os fins mais valorizados nestes discursos, dado que apresenta baixa frequência de unidades de registro, um trinta e três por cento de ausências e aparece entre os fins mais citados em, somente, uma universidade. O serviço à sociedade por meio da extensão universitária aparece como o fim menos valorizado nestes documentos. A Extensão é mencionada, só, no cinquenta por cento dos discursos e apresenta a menor frequência observada, mostrando uma “tendência redentora”, em que a universidade coloca-se fora da sociedade e tem por finalidade a adaptação do indivíduo à mesma (LUCKESI, 1994).

Em função da análise, pode-se concluir que, no seu discurso oficial, as universidades confessionais, com sede na República Argentina, dão ênfase à formação moral e religiosa com base na verdade revelada mais que ao progresso do conhecimento; a universidade do saber que à da especialização; à autonomia da instituição que a seu espírito de serviço para com a sociedade.

Universidades Privadas não Confessionais:

Nos discursos oficiais das Universidades Privadas não Confessionais, o Ensino apresenta a maior frequência de unidades de registro, apresenta uma baixa porcentagem de ausências (oito por cento) e aparece entre os fins mais citados em maior quantidade de universidades que as restantes categorias de análise. Desta forma, o ensino aparece no primeiro lugar na hierarquia de valores expressos nos discursos analisados.

Mesmo que predomine o Ensino, estes discursos se caracterizam pela heterogeneidade de valores sobre os fins da Universidade. A extensão universitária exemplifica claramente este fato, dado que apresenta o maior número de ausências (perto de cinquenta por cento) e a menor frequência de unidades de registro, ao mesmo tempo em que aparece entre os fins mais valorizados por dez das vinte e seis universidades pesquisadas.

Nestas universidades encontram-se evidências de vários modelos de Universidade analisados no marco teórico. Algumas destas podem ser agrupadas da seguinte forma:

As Universidades Blast Pascal, de Ciencias Empresariales, Empresarial XXI e Notarial Argentina valorizam, no seu discurso oficial, ao ensino profissionalizante. Buscam a “formação de graduados com um alto nível de competência profissional tanto na área do conhecimento como na de sua aplicação instrumental⁷”. Estas universidades, caracterizam-se pela formação de profissionais com objetivos práticos, pragmáticos e utilitaristas. Estes fins apresentam-se no modelo francês de universidade (LUCKESI, 1986), mas neste caso, não aparecem, tão só, como uma engrenagem da administração central, senão também, para atender a demanda de muitos jovens cuja preocupação essencial é arrumar emprego.

⁷ Universidade Blast Pascal. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.ubp.edu.ar>> Acesso em: 6 de dez. 2004.

As Universidades “Juan Agustín Mazza”, de Mendoza e de Palermo dão especial importância no seu discurso ao ensino integral. Buscam a:

Formação de homens que, sob a base de uma sólida e adequada personalidade moral, sejam autenticamente universitários e que com o acervo de sua preparação humanística, científica, artística, profissional e técnica, terminem com plenitude seu próprio destino humano individual e sirvam à comunidade com os recursos do saber e a cultura.⁸

Estas universidades mostram a preocupação britânica pela formação, ao mesmo tempo, moral e intelectual, necessárias para um desenvolvimento integral da pessoa (DRÈZE E DEBELLE, 1983).

As universidades do CEMA e Favalaro têm à pesquisa como fim mais valorizado no seu discurso oficial. Criadas a partir de institutos de pesquisa, buscam “o avanço do conhecimento” o “desenvolvimento da ciência”, reconhecendo à pesquisa científica como tarefa primeira, enquanto que, o ensino surge com o tempo como uma genuína necessidade. Este ensino universitário é concebido como uma iniciação à pesquisa, uma aprendizagem ao lado do professor, descobrindo e adquirindo a atitude científica. Todas estas, características do modelo alemão de Universidade.

Por último, as universidades de Flores, da Cuenca del Plata, Latino Americana de Ciências Sociais e Aconcagua apresentam entre os fins mais valorizados, no seu discurso oficial, à extensão universitária. Buscam “promover a melhora contínua da qualidade de vida da comunidade” a “cooperação e plena integração na atividade socioeconômica da região” e outras atividades em benefício da sociedade. A vocação de serviço para com a sociedade e a diversidade de fins, que apresentam estas universidades, encontram-se na Multiversidade apresentada por Kerr (1982).

Universidades Públicas:

⁸ Universidade de Mendoza. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.um.edu.ar>> Acesso em: 4 de dez. 2004.

As Universidades Públicas mostram consenso entre seus discursos oficiais, este fato, pode ser observado no Gráfico 8 (p. 61), onde as três categorias de análise (Ensino, Pesquisa e Extensão) apresentam apenas um seis por cento de ausências. Além da importância dada para estes três pilares da Universidade, o Ensino e a Extensão aparecem com maior intensidade que a Pesquisa.

O Ensino tem a maior frequência de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais mencionados em dezenove das trinta e uma universidades pesquisadas. Dentro desta categoria, a ênfase está depositada no Ensino Integral, dado que apresenta, somente, um seis por cento de ausências, uma frequência de quarenta e cinco unidades de registro e é mais citado que o Ensino Profissionalizante em, praticamente, todos os discursos. O Ensino Profissionalizante aparece como o fim menos valorizado nestes documentos. Esta subcategoria tem a menor frequência de unidades de significado e a maior porcentagem de ausências (trinta e cinco por cento).

A extensão tem uma frequência de cinquenta e seis unidades de registro e encontra-se entre os fins mais valorizados em dezessete das trinta e uma universidades pesquisadas. Em quinze ocasiões, existem co-ocorrências entre unidades de registro que colocam à Extensão com prioridade, como fim principal, ao que a Pesquisa e o Ensino estão subordinados. Um exemplo deste fato pode-se observar no discurso da Universidade Nacional de Lomas de Zamora⁹, que coloca à “pesquisa, docência e a transferência comunitária, desde uma perspectiva de articulação com as necessidades e demandas da sociedade, em geral e da comunidade, em particular”.

Estas universidades, que conformam o maior conjunto estudado, são os principais agentes da educação e da pesquisa, assim como instrumentos eficazes para o progresso da nação. A cultura e a ciência desembocam na ação e encontram a vontade de progresso, no

⁹ Informação institucional. Disponível em: <<http://www.unlz.edu.ar>> Acesso em: 5 de jan. 2005.

lugar de serem consideradas como fins em si mesmas. São uma série de centros com atividades interligadas sob um nome comum, um conselho-diretor comum e propósitos inter-relacionados. Estas servem à sociedade, assim como a criticam. O poder dentro das mesmas encontra-se fracionado e é muito sensível às pressões de seus inúmeros públicos particulares. Todas estas, seriam características do modelo Americano de universidade.

Todas as universidades reunidas:

Ao analisar os dados coletados de todas as universidades pode-se ver que, o Ensino apresenta-se com a maior frequência, a menor porcentagem de ausências de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais citados em quarenta e oito das sessenta e nove universidades estudadas. Este fato, indica que o Ensino é o fim mais valorizado e compartilhado entre os discursos oficiais das universidades argentinas. Dentro desta categoria de análise, predomina o Ensino Integral, dado que aparece com maior frequência, menor porcentagem de ausências e encontra-se entre os fins mais citados em mais universidades, que o Ensino Profissionalizante.

A Extensão apresenta uma porcentagem de ausências relativamente alta, vinte e nove por cento, e aparece entre os fins mais valorizados em vinte e quatro das sessenta e nove universidades analisadas, logo após do Ensino. Isto indica que a Extensão, sem ser um valor compartilhado pela grande maioria das universidades, apresenta-se com muita intensidade nos discursos das universidades públicas, o conjunto mais numeroso dos três.

A Pesquisa apresenta um baixo número de ausências de unidades de significado e aparece entre os fins mais valorizado por quinze das sessenta e nove universidades analisadas. Desta forma, a Pesquisa aparece como um fim compartilhado na maioria dos discursos, mas, com menor intensidade que o Ensino.

A religião, mesmo que aparece entre os fins mais valorizados nos discursos das Universidades Confessionais, apresenta um alto número de ausências, oitenta e três por cento, tem a menor frequência de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais valorizados em apenas seis das sessenta e nove universidades pesquisadas. Estes fatos colocam a religião fora do conjunto de fins da Universidade mais valorizados pela Universidade argentina no seu discurso oficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais de um estudo científico, do ponto de vista metodológico, têm como finalidade resgatar os objetivos do trabalho e responder as perguntas que nortearam a pesquisa. Desse modo, apresentam-se a seguir as principais conclusões e reflexões atingidas de acordo com a investigação.

A revisão teórica apresentada possibilitou o levantamento de dados e informações sobre o problema de pesquisa, a definição da abordagem e a escolha metodológica. Também facilitou as interpretações e inferências feitas sobre estas informações, ponto principal da técnica de análise de conteúdo.

O estudo comparativo possibilitou a identificação e compreensão mais clara e precisa dos aspectos relacionados às questões da pesquisa, proporcionando uma visão mais abrangente sobre uma realidade que atinge toda a sociedade argentina.

Acredita-se que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, mesmo que tenham sido encontradas algumas limitações e dificuldades, originadas pela falta de informação suficiente nas páginas *web* de algumas universidades estudadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Contudo, considera-se que a quantidade de universidades analisadas, as sessenta e nove que apresentaram informação suficiente, possibilitaram uma adequada compreensão da realidade estudada.

O primeiro objetivo específico do trabalho propunha determinar os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais de cada universidade argentina. Dada a singularidade dos discursos oficiais, estruturados segundo leis próprias, num primeiro momento, estes foram analisados em si e não de forma comparativa. Nesta etapa, a análise foi basicamente qualitativa, levando em consideração as singularidades, acidentes e raridades,

possuidoras de um sentido muito forte que não poderia ser abafado. Para isto foram utilizadas quatro categorias de análise (Ensino, Pesquisa, Extensão e Religião) que puderam ser identificadas nos discursos oficiais de cada universidades. Os resultados desta análise individual foram apresentados nos Quadros 04, 05, e 06.

Numa segunda instância, uma vez analisados todos os discursos em forma individual, recorreu-se a uma análise comparativa que facilitou inferências mais gerais. Nesta etapa, propunha-se como objetivo específico determinar os fins da Universidade mais valorizados nos discursos oficiais das Universidades Públicas, Confessionais e Privadas não Confessionais. Este objetivo também foi atingido após agrupar e re-interpretar as informações obtidas na análise e categorização feita em cada universidade.

Com relação às universidades Confessionais chegou-se às seguintes conclusões:

No conjunto de Universidades Confessionais, o Ensino apresenta a maior freqüência de unidades de registro, não apresenta ausências e aparece entre os fins mais citados em maior quantidade de universidades que as restantes categorias de análise. Desta forma, esta categoria apresenta-se como o fim mais valorizado nos discursos publicados nas respectivas páginas *web* das universidades confessionais. Cabe ressaltar que, a maioria das unidades de registro, correspondentes a esta categoria de análise, mostra uma co-ocorrência com fins religiosos, indicando que, o ensino estaria influenciado por estes fins.

Dentro da categoria Ensino, a subcategoria Ensino Integral aparece com maior freqüência que a subcategoria Ensino Profissionalizante, não apresenta ausências e é mais citada que o Ensino Profissionalizante em nove das doze universidades estudadas. Esta valorização pela formação integral do homem pode-se achar no modelo inglês, preocupado ao mesmo tempo com a formação moral e intelectual, e o desenvolvimento integral da pessoa.

Em segundo lugar, na hierarquia de valores, aparecem os fins de caráter religioso, dado que se encontram em todos os discursos, apresentam uma alta frequência de unidades de registro e aparecem entre os fins mais valorizados por seis das doze universidades. Contudo, estes fins apresentam-se como diretrizes de caráter geral que condicionam e moldam os fins restantes expressos nos discursos destas universidades. Estes fins aludem ao sobrenatural, à fé e ao dogmatismo, características do modelo Jesuítico que ainda perduram.

A Pesquisa não aparece entre os fins mais valorizados nestes discursos, dado que apresenta baixa frequência de unidades de registro, um trinta e três por cento de ausências e aparece entre os fins mais citados em, somente, uma universidade. O serviço à sociedade por meio da extensão universitária aparece como o fim menos valorizado nestes documentos. A Extensão é mencionada, só, no cinquenta por cento dos discursos e apresenta a menor frequência observada, mostrando uma “tendência redentora”, em que a universidade coloca-se fora da sociedade e tem por finalidade a adaptação do indivíduo à mesma (LUCKESI, 1994).

Este conjunto de universidades assume uma postura mais autônoma frente ao estado e à sociedade, que o resto das universidades. Baseadas em verdades reveladas séculos atrás, estas parecem conhecer o que é “bom” para a humanidade e em particular para os jovens que estudam nestas instituições. Nesta compreensão, a educação está voltada para a formação da personalidade dos indivíduos, para desenvolvimento de suas habilidades e para a formação ética; “tendência redentora”, em que a universidade coloca-se fora da sociedade e tem por finalidade a adaptação do indivíduo à mesma (LUCKESI, 1994). Ao assumir esta postura, suas possibilidades de compressão, interação e atendimento eficaz das necessidades da sociedade contemporânea vêm-se dificultadas e comprometidas; o mesmo acontece com sua capacidade de reflexão filosófica sobre a Universidade e seus fins.

Este conjunto de universidades conserva a herança dos *Studia Generalia* da Idade Média, particularmente alguns traços do modelo jesuítico, ao dar ênfase à conservação e a

transmissão dos conhecimentos mais que ao seu progresso, e à autonomia da instituição mais que a seu espírito de serviço para com a sociedade.

Com relação às universidades Privadas não Confessionais chegou-se à seguinte conclusão:

Nos discursos oficiais das Universidades Privadas não Confessionais, o Ensino apresenta a maior frequência de unidades de registro, apresenta uma baixa porcentagem de ausências (oito por cento) e aparece entre os fins mais citados em maior quantidade de universidades que as restantes categorias de análise. Desta forma, o ensino aparece no primeiro lugar na hierarquia de valores expressos nos discursos analisados.

Mesmo que predomine o Ensino, os discursos destas universidades se caracterizam pela heterogeneidade de valores sobre os fins da Universidade. A extensão universitária exemplifica claramente este fato, dado que apresenta o maior número de ausências (perto de cinquenta por cento) e a menor frequência de unidades de registro, ao mesmo tempo em que aparece entre os fins mais valorizados por dez das vinte e seis universidades pesquisadas.

Cabe ressaltar que, dentro destas, existe um conjunto interessado na formação profissional dos estudantes. Fato que as coloca perto do modelo funcional, mas que, em lugar de responder diretamente ao estado (como o modelo francês) respondem à forte demanda, tanto dos jovens, por trabalho, como das empresas, por profissionais. Entretanto, dão conta de demandas legítimas e reais da sociedade, estas universidades assumem uma postura “reproducionista” que tende a perpetuar uma realidade social onde, segundo Etcheverry (1999), se valoriza a ambição descontrolada, à cobiça, o materialismo, cultiva-se a superficialidade e despreza-se o intelecto. Estas abordam a educação como uma instância dentro da sociedade e exclusivamente ao seu serviço. Segundo Luckesi (1994, p. 41), “não a

redime de suas mazelas, mas a reproduz no seu modelo vigente, perpetuando-a, se for possível”.

Com relação às universidades Públicas chegou-se à seguinte conclusão:

As Universidades Públicas mostram consenso entre seus discursos oficiais, este fato, pode ser observado no Gráfico 8 (p. 61), onde as três categorias de análise (Ensino, Pesquisa e Extensão) apresentam apenas um seis por cento de ausências. Além da importância dada para estes três pilares da Universidade, o Ensino e a Extensão aparecem com maior intensidade que a Pesquisa.

O Ensino tem a maior frequência de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais mencionados em dezenove das trinta e uma universidades pesquisadas. Dentro desta categoria, a ênfase está depositada no Ensino Integral, dado que apresenta, somente, um seis por cento de ausências, uma frequência de quarenta e cinco unidades de registro e é mais citado que o Ensino Profissionalizante em, praticamente, todos os discursos. O Ensino Profissionalizante aparece como o fim menos valorizado nestes documentos. Esta subcategoria tem a menor frequência de unidades de significado e a maior porcentagem de ausências (trinta e cinco por cento).

A extensão tem uma frequência de cinquenta e seis unidades de registro e encontra-se entre os fins mais valorizados em dezessete das trinta e uma universidades pesquisadas. Em quinze ocasiões, existem co-ocorrências entre unidades de registro que colocam à Extensão com prioridade, como fim principal, ao que a Pesquisa e o Ensino estão subordinados.

Da análise dos dados, também se encontra que, as Universidades Públicas, nos seus discursos oficiais, mostram interesse em conhecer as necessidades da sociedade,

interatuar entre o estado e o sistema produtivo, compartilhar o conhecimento e fomentar debates abertos. Oferecem cursos dentro das mais variadas áreas do saber e promovem o avanço da ciência. Desta forma, elas respondem às expectativas do estado, expressas na Lei de Educação Superior, e aos compromissos assumidos pelos reitores na última Jornada de reflexão sobre a Educação Superior.

Cabe ressaltar que, apesar de atender a oitenta e seis por cento da demanda educativa do país e nelas se graduarem setenta e cinco por cento dos estudantes matriculados no sistema educativo, sua capacidade de ação e a qualidade da educação que oferecem estas universidades vêm-se fortemente limitadas e ameaçadas por causa da baixa verba de recursos destinada pelo “mesmo estado”, para educação.

O objetivo geral deste trabalho propunha determinar os fins da Universidade mais valorizados pelas universidades argentinas nos seus discursos oficiais. Não obstante, este objetivo foi respondido, em grande parte, através do atendimento aos objetivos específicos, foi feita uma análise dos dados gerais que permitiu novas reflexões:

Ao analisar os dados coletados de todas as universidades pode-se ver que, o Ensino apresenta-se com a maior frequência, a menor porcentagem de ausências de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais citados em quarenta e oito das sessenta e nove universidades estudadas. Este fato, indica que o Ensino seria o fim mais valorizado e compartilhado entre os discursos oficiais das universidades argentinas. Dentro desta categoria de análise, predomina o Ensino Integral, dado que aparece com maior frequência, menor porcentagem de ausências e encontra-se entre os fins mais citados em mais universidades, que o Ensino Profissionalizante.

A Extensão apresenta uma porcentagem de ausências relativamente alta, vinte e nove por cento, e aparece entre os fins mais valorizados em vinte e quatro das sessenta e nove

universidades analisadas, logo após do Ensino. Isto indica que a Extensão, sem ser um valor compartilhado pela grande maioria das universidades, apresenta-se com muita intensidade nos discursos das universidades públicas, o conjunto mais numeroso dos três.

A Pesquisa apresenta um baixo número de ausências de unidades de significado e aparece entre os fins mais valorizado por quinze das sessenta e nove universidades analisadas. Desta forma, a Pesquisa aparece como um fim compartilhado na maioria dos discursos, mas, com menor intensidade que o Ensino.

A religião, mesmo que aparece entre os fins mais valorizados nos discursos das Universidades Confessionais, apresenta um alto número de ausências, oitenta e três por cento, tem a menor freqüência de unidades de registro e encontra-se entre os fins mais valorizados em apenas seis das sessenta e nove universidades pesquisadas. Estes fatos colocam a religião fora do conjunto de fins da Universidade mais valorizados pela Universidade argentina no seu discurso oficial.

Em última instância, cabe agregar que as conclusões deste estudo surgem da análise dos discursos oficiais das universidades argentinas, discursos que não necessariamente tem seu reflexo na prática.

5. 1 Recomendações de Novos Estudos

Além das conclusões e considerações finais apresentadas, a atual pesquisa suscitou recomendações de futuros estudos.

Este estudo baseou sua análise nos relatórios oficiais das universidades. Estes relatórios foram publicados com a intenção de mostrar e comunicar os valores e os fins da

instituição. Pelo que, estudos futuros, do tipo comparativo, poderiam verificar se as considerações finais deste trabalho coincidem com as opiniões e concepções de alunos, ex-alunos e professores sobre os fins mais valorizados pelas universidades das que eles formão, ou formaram parte. O questionário, do tipo fechado, consultaria sobre os fins mais valorizados por estas instituições, e daria lugar à seleção de uma ou mais das categorias de análise utilizadas nesta pesquisa (Ensino Profissionalizante, Ensino Integral, Pesquisa, Extensão e Religião).

Desta forma, e com o afã de sempre saber mais, poderiam-se conhecer novas visões sobre o assunto que permitiriam uma aproximação ainda maior à “verdade” sobre os fins que sustentam a filosofia das universidades na Argentina. Assim como, verificar se existem divergências entre a imagem que comunica a instituição e a imagem que têm da mesma outros grupos envolvidos no nível superior do sistema educativo.

REFERÊNCIAS:

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DRÈZE, J. e DEBELLE, J. **Concepções da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1983.

ETCHEVERRY, Guillermo Jaim. **La tragedia educativa**. 1ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, Arilda Cshmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, mai/jun.1995.

KERR, Clark. **Os usos da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1982.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 3ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MADAER, Ernesto A. La Universidad. In: DE MARCO, M. A. **Nueva historia de la Nación Argentina**. 1 ed. Buenos Aires: Planeta, 2002.

PRIMERAS JORNADAS DE REFLEXIÓN SOBRE EDUCACIÓN SUPERIOR. Argentina, Tucumán, agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.weblog.educ.ar/noticias/archives/002417.php>>. Acesso em: 20 de dez. 2004.

MORENTE GARCIA, M. **Fundamentos de filosofia: lições preliminares**. 8 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

PAVIANI, J. e POZENATO, J. C. **A universidade em debate**. 3 ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1984.

PENTEADO, Silvia Teixeira. **Identidade e poder na universidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RICOEUR, Paul. Uma idéia de Universidade. In: DRÈZE, J. e DEBELLE, J. **Concepções da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1983.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2 ed. São Paulo: EPU, 1987. 3v.

SILVIA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TAQUINI, Alberto C. **Nuevas universidades para un nuevo país**. 1 ed. Buenos Aires: Angel Estrada, 1972.

TOBIAS, J. A. **Universidade: humanismo ou técnica**. São Paulo: Herder, 1969.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa na educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

UNIVERSIDADE BLAST PASCAL. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.ubp.edu.ar>> Acesso em: 6 de dez. 2004.

UNIVERSIDADE DE MENDOZA. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.um.edu.ar>> Acesso em: 4 de dez. 2004.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CATAMARCA. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.unca.edu.ar>> Acesso em: 7 de jan. 2005.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LOMAS DE ZAMORA. Informação institucional. Disponível em: <<http://www.unlz.edu.ar>> Acesso em: 5 de jan. 2005.

WRIGHT, Iones. S; NEKHOM, Lisa. M. **Diccionario histórico argentino**. 1 ed. Buenos Aires: Emecé, 1990.

APÊNDICE

Informações complementares sobre as universidades argentinas:

Universidades Públicas	Alunos	Criação	URL
Universidad Nacional del Comahue	24.047	1971	www.uncoma.edu.ar
Universidad N. de la Patagonia “S. J. Bosco”	10.151	1980	www.unp.edu.ar
Universidad Nacional de Catamarca	10.882	1972	www.unca.edu.ar
Universidad Nacional del Nordeste	55.000	1956	www.unne.edu.ar
Universidad Nacional de Córdoba	113.558	1613	www.unc.edu.ar
Universidad Nacional de Río Cuarto	16.087	1971	www.unrc.edu.ar
Universidad Nacional de Villa María	2.252	1996	www.unvm.edu.ar
Universidad Nacional de Gral. San Martín	5.017	1992	www.unsam.edu.ar
Universidad Nacional de Gral. Sarmiento	4.407	1993	www.ungs.edu.ar
Universidad Nacional de La Matanza	18.875	1989	www.unlm.edu.ar
Universidad Nacional de La Plata	82.926	1897	www.unlp.edu.ar
Universidad Nacional de Lanús	4.072	1995	www.unla.edu.ar
Universidad Nacional de Lomas de Zamora	36.684	1972	www.unlz.edu.ar
Universidad Nacional de Luján	16.822	1972	www.unlu.edu.ar
Universidad Nacional de Mar del Plata	20.247	1975	www.mdp.edu.ar
Universidad Nacional de Quilmes	7.250	1989	www.unq.edu.ar
Universidad Nacional de Tres de Febrero	2.724	1995	www.untref.edu.ar
Universidad N. del Centro de la Prov. de BsAs	9.191	1974	www.unicen.edu.ar
Universidad Nacional del Sur	20.437	1956	www.uns.edu.ar
Universidad Nacional de Tucumán	52.685	1912	www.unt.edu.ar
Universidad Nacional del Litoral	28.450	1919	www.unl.edu.ar
Universidad Nacional de Rosario	71.803	1968	www.unr.edu.ar
Universidad Nacional de la Patagonia Austral	4.839	1994	www.unpa.edu.ar
Universidad Nacional de San Luis	15.682	1973	www.unsl.edu.ar
Universidad Nacional de San Juan	17.509	1973	www.unsj.edu.ar
Universidad Nacional de Santiago del Estero	11.267	1973	www.unse.edu.ar
Universidad Nacional de La Rioja	11.141	1994	www.unlar.edu.ar
Universidad Nacional de La Pampa	8.036	1958	www.unlpam.edu.ar
Universidad Nacional de Jujuy	10.716	1972	www.unju.edu.ar
Universidad Nacional de Formosa	6.485	1988	www.unf.edu.ar
Universidad Nacional de Entre Ríos	11.186	1973	www.uner.edu.ar
Universidad Nacional de Cuyo	27.116	1939	www.uncu.edu.ar
Universidad Nacional de Salta	19.465	1972	www.unsa.edu.ar
Universidad Nacional de Misiones	10.697	1973	www.unam.edu.ar
Universidad Tecnológica Nacional	67.259	1948	www.utn.edu.ar
Universidad N. del noroeste de la Prov. de BA	55.000	1956	www.unne.edu.ar
Universidad Autónoma de Entre Ríos	-	-	www.uader.edu.ar

Universidades Privadas

Alunos Criação URL

Universidad Atlántida Argentina	-	1995	www.atlantida.edu.ar
Universidad Católica de la Plata	3.500	1971	www.ucalp.edu.ar
Universidad CAECE	1.641	1967	www.caece.edu.ar
Universidad de Morón	14.000	1960	www.unimoron.edu.ar
Universidad de San Andrés	-	-	www.udesa.edu.ar
Universidad FASTA	1.797	1992	www.ufasta.edu.ar
Universidad Empresarial Siglo XXI	1.726	1995	www.uesiglo21.edu.ar
Pont. U. Católica Arg, Sta. María de los Bs.As.	14.079	1959	www.uca.edu.ar
Universidad Abierta Interamericana	7.652	1995	www.vaneduc.edu.ar/uai
Universidad Argentina "J. F. Kennedy"	16.678	1964	www.kennedy.edu.ar
Universidad Argentina de la Empresa	12.665	1957	www.uade.edu.ar
Universidad Austral	2.662	1991	www.austral.edu.ar
Universidad CAECE	1.641	1967	www.caece.edu.ar
Universidad de Belgrano	11.000	1964	www.ub.edu.ar
Universidad de Ciencias Emp. y Sociales	3.278	1991	www.uces.edu.ar
Universidad de Flores	1.291	1994	www.uflo.edu.ar
Universidad de la Marina Mercante	1.415	1975	www.udemm.edu.ar
Universidad de Palermo	5.230	1990	www.palermo.edu.ar
Universidad del CEMA	1.118	1978	www.cema.edu.ar
Universidad del Cine	534	1993	www.ucine.edu.ar
Universidad del Museo Social Argentino	2.279	1961	www.umsa.edu.ar
Universidad del Salvador	11.980	1956	www.salvador.edu.ar
Universidad Favaloro	160	1992	www.favaloro.edu.ar
Universidad Maimónides	556	1990	www.maimonides.edu.ar
Universidad Champagnat	2.036	1971	www.ucl.edu.ar
Universidad Torcuato Di Tella	1.600	1991	www.utdt.edu
Universidad Católica de Córdoba	7.676	1956	www.uccor.edu.ar
Universidad del Centro Edu. Latinoamericano	828	1992	www.ucel.edu.ar
Universidad Católica de Santa Fe	-	1957	www.ucsf.edu.ar
Universidad Católica de Cuyo	3.423	1959	www.uccuyo.edu.ar
Universidad del Norte "S. T. de Aquino"	4.851	1991	www.unsta.edu.ar
Universidad Católica de Santiago del Estero	4.500	1969	www.ucse.edu.ar
Universidad de Concepción del Uruguay	1.648	1971	www.ucu.edu.ar
Universidad Adventista del Plata	1.322	-	www.uapar.edu
Universidad "Juan Agustín Maza"	2.103	1941	www.umaza.edu.ar
Universidad Católica de Salta	8.654	1967	www.ucasal.net
Universidad de la Cuenca del Plata	925	1994	www.ucp.edu.ar
Instituto Universitario Gastón Dachary	-	-	www.misiones.org.ar/dachary
Universidad de Mendoza	3.987	1962	www.um.edu.ar
Universidad de Congreso	1.582	-	www.congreso.edu.ar
Universidad Blas Pascal	3.855	1990	www.ubp.edu.ar

Anexo

Ley de Educación Superior Nro. 24.521

Sancionada el 20 de Julio de 1995

Promulgada el 7 de Agosto de 1995 (Decreto 268/95)

Publicada el 10 de agosto de 1995 (Boletín Oficial Nro 28.204)

Título I: Disposiciones Preliminares

Artículo 1: Están comprendidas dentro de la presente ley las instituciones de formación superior, sean universitarias o no universitarias, nacionales, provinciales o municipales, tanto estatales como privadas, todas las cuales forman parte del Sistema Educativo Nacional regulado por la ley 24.195.

Artículo 2: El Estado, al que le cabe responsabilidad indelegable en la presentación del servicio de educación superior de carácter público, reconoce y garantiza el derecho a cumplir con ese nivel de la enseñanza a todos aquellos que requieran hacerlo y cuenten con la formación y capacidad requeridas.

Título II: De la Educación Superior

Capítulo 1: De los fines y objetivos

Artículo 3: La Educación Superior tiene por finalidad proporcionar formación científica, profesional, humanística y técnica en el más alto nivel, contribuir a la preservación de la cultura nacional, promover la generación y desarrollo del conocimiento en todas sus formas, y desarrollar las actividades y valores que requiere la formación de personas responsables, con conciencia ética y solidaria, reflexiva, críticas, capaces de mejorar la calidad de vida, consolidar el respeto al medio ambiente, a las instituciones de la República y a la vigencia del orden democrático.

Artículo 4: Son objetivos de la Educación Superior, además de los que establece la ley 24.195 en sus artículos 5to, 6to, 19 y 22:

a) Formar científicos, profesionales y técnicos, que se caractericen por la solidez de su formación y por su compromiso con la sociedad de la que forman parte; b) Preparar para el ejercicio de la docencia en todos los niveles y modalidades del sistema educativo; c) Promover el desarrollo de la investigación y las creaciones artísticas, contribuyendo al desarrollo científico, tecnológico y cultural de la Nación; d) Garantizar crecientes niveles de calidad y excelencia en todas las opciones institucionales del sistema; e) Profundizar los procesos de democratización en la Educación Superior, contribuir a la distribución equitativa del conocimiento y asegurar la igualdad de oportunidades; f) Articular la oferta educativa de los diferentes tipos de instituciones que la integran; g) Promover una adecuada diversificación de los estudios de nivel superior, que atienda tanto a las expectativas y demandas de la población como a los requerimientos del sistema cultural y de la estructura productiva; h) Propender a un aprovechamiento integral de los recursos humanos y materiales asignados; i) Incrementar y diversificar las oportunidades de actualización, perfeccionamiento y reconversión para los integrantes del sistema y para sus egresados; j) Promover mecanismos asociativos para la resolución de los problemas nacionales, regionales, continentales y mundiales.

Capítulo 2: De la estructura y articulación

Artículo 5: La Educación Superior está constituida por instituciones de educación superior no universitaria, sean de formación decente, humanística, social, técnico-profesional o artística; y por instituciones de educación universitaria, que comprende universidades e institutos universitarios.

Artículo 6: La Educación Superior tendrá una estructura organizativa abierta y flexible, permeable a la creación de espacios y modalidades que faciliten la incorporación de nuevas tecnologías educativas.

Artículo 7: Para ingresar como alumno a las instituciones de nivel superior, se debe haber aprobado el nivel medio o el ciclo polimodal de enseñanza. Excepcionalmente, los mayores de 25 años que no reúnan esa condición, podrán ingresar siempre que demuestren, a través de evaluaciones que las provincias, la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires o las universidades en su caso establezcan, que tienen preparación y/o experiencia laboral acorde con los estudios que se proponen iniciar, así como aptitudes y conocimientos suficientes para cursarlos satisfactoriamente.

Artículo 8: La articulación entre las distintas instituciones que conforman el Sistema de Educación Superior, que tienen por fin facilitar el cambio de modalidad, orientación o carrera, la continuación de los estudios en otros establecimientos, universitarios o no, así como la reconversión de los estudios concluidos, se garantiza conforme a las siguientes responsabilidades y mecanismos:

a) Las provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires son las responsables de asegurar, en sus respectivos ámbitos de competencia, la articulación entre las instituciones de educación superior que de ellas dependan; b) La articulación entre instituciones de educación superior no universitaria pertenecientes a distintas jurisdicciones, se regula por los mecanismos que éstas acuerden en el seno del Consejo Federal de Cultura y Educación; c) La articulación entre instituciones de educación superior no universitaria e instituciones universitarias, se establece mediante convenios entre ellas, o entre las instituciones universitarias y la jurisdicción correspondiente si así lo establece la legislación local; d) A los fines de la articulación entre diferentes instituciones universitarias, el reconocimiento de los estudios parciales o asignaturas de las carreras de grado aprobados en cualquiera de esas instituciones, se hace por convenio entre ellas, conforme a los requisitos y pautas que se acuerden en el Consejo de Universidades.

Artículo 9: A fin de hacer efectiva la articulación entre instituciones de educación superior no universitaria pertenecientes a distintas jurisdicciones, previstas en el inciso b) del artículo anterior, el Ministro de Cultura y Educación invitará al Consejo Federal de Cultura y Educación a que integre una comisión especial permanente, compuesta por un representante de cada una de las jurisdicciones.

Artículo 10: La articulación a nivel regional estará a cargo de los Consejos Regionales de Planificación de la Educación Superior, integrados por representantes de las instituciones universitarias y de los gobiernos provinciales de cada región.

Capítulo 3: Derechos y Obligaciones

Artículo 11: Son derechos de los docentes estatales de las instituciones estatales de educación superior, sin perjuicio de lo dispuesto por la legislación específica:

a) Acceder a la carrera académica mediante concurso público y abierto de antecedentes y oposición;
b) Participar en el gobierno de la institución a la que pertenecen, de acuerdo a las normas legales pertinentes;
c) Actualizarse y perfeccionarse de modo continuo a través de la carrera académica;
d) Participar en la actividad gremial.

Artículo 12: Son deberes de los docentes de las instituciones estatales de educación superior:

a) Observar las normas que regulan el funcionamiento de la institución a la que pertenecen;
b) Participar en la vida de la institución cumpliendo con responsabilidad su función docente, de investigación y de servicio;
c) Actualizarse en su formación profesional y cumplir con las exigencias de perfeccionamiento que fije la carrera académica.

Artículo 13: Los estudiantes de las instituciones estatales de educación superior tienen derecho:

a) Al acceso al sistema sin discriminaciones de ninguna naturaleza. b) A asociarse libremente en centros de estudiantes, federales nacionales y regionales, a elegir sus representantes y a participar en el gobierno y en la vida de la institución, conforme a los estatutos, lo que establece la presente ley y, en su caso, las normas legales de las respectivas jurisdicciones; c) A obtener becas, créditos y otras formas de apoyo económico y social que

garanticen la igualdad de oportunidades y posibilidades, particularmente para el acceso y permanencia en los estudios de grado, conforme a las normas que reglamenten la materia; d) A recibir información para el adecuado uso de la oferta de servicio de educación superior; e) A solicitar, cuando se encuentren en las situaciones previstas en los artículos 1ero y 2do de la ley 20.596, la postergación o adelanto de exámenes o evaluaciones parciales o finales cuando las fechas previstas para los mismos se encuentren dentro del período de preparación y/o participación.

Artículo 14: Son obligaciones de los estudiantes de las instituciones estatales de educación superior:

a) Respetar los estatutos y reglamentaciones de la institución en la que estudian; b) Observar las condiciones de estudio, investigación, trabajo y convivencia que estipule la institución a la que pertenecen; c) Respetar el diseño, las diferencias individuales, la creatividad personal y colectiva y el trabajo en equipo.

TÍTULO IV

DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA

CAPÍTULO 1

De las instituciones universitarias y sus funciones

Artículo 26: La enseñanza superior universitaria estará a cargo de las universidades nacionales, de las universidades provinciales y privadas reconocidas por el Estado Nacional y de los institutos estatales o privados reconocidos, todos los cuales integran el Sistema Universitario Nacional.

Artículo 27: Las instituciones universitarias a que se refiere el artículo anterior, tienen por finalidad la generación y comunicación de conocimientos del mas alto nivel en un clima de libertad, justicia y solidaridad, ofreciendo una formación cultural interdisciplinaria dirigida a la integración del saber así como una capacitación científica y profesional específica para las distintas carreras que en ellas se cursen, para beneficio del hombre y de la sociedad a la que pertenecen. Las instituciones que responden a la denominación de "Universidad" deben desarrollar su actividad en una variedad de áreas disciplinarias no afines, orgánicamente estructuradas en facultades, departamentos o unidades académicas equivalentes. Las instituciones que circunscriben su oferta académica a una sola área disciplinaria, se denominan "Institutos Universitarios".

Artículo 28: Son funciones básicas de las instituciones universitarias:

a) Formar y capacitar científicos, profesionales, docentes y técnicos, capaces de actuar con solidez profesional, responsabilidad, espíritu crítico y reflexivo, mentalidad creadora, sentido ético y sensibilidad social, atendiendo a las demandas individuales y a los requerimientos nacionales y regionales; b) Promover y desarrollar la investigación científica y tecnológica, los estudios humanísticos y las creaciones artísticas; c) Crear y difundir el reconocimiento y la cultura en todas sus formas; d) Preservar la cultura nacional; e) Extender su acción y sus servicios a la comunidad, con el fin de contribuir a su desarrollo y transformación, estudiando en particular los problemas nacionales y regionales y prestando asistencia científica y técnica al Estado y a la comunidad.

CAPÍTULO 2

De la autonomía, su alcance y sus garantías

Artículo 29: Las instituciones universitarias tendrán autonomía académica e institucional, que comprende básicamente las siguientes atribuciones:

a) Dictar y reformar sus estatutos, los que serán comunicados al Ministerio de Educación a los fines establecidos en el artículo 34 de la presente ley; b) Definir sus órganos de gobierno, establecer sus funciones, decidir su integración y elegir sus autoridades de acuerdo a lo que establezcan los estatutos y lo que prescribe la

presente ley; c) Administrar sus bienes y recursos, conforme a sus estatutos y las leyes que regulan la materia; d) Crear carreras universitarias de grado y de posgrado; e) Formular y desarrollar planes de estudio, de investigación científica y de extensión y servicios a la comunidad incluyendo la enseñanza de la ética profesional; f) Otorgar grados académicos y títulos habilitantes conforme a las condiciones que se establezcan en la presente ley; g) Impartir enseñanza, con lo fines de experimentación, de innovación pedagógica o de práctica profesional docente, en los niveles preuniversitarios, debiendo continuar en funcionamiento los establecimientos existentes actualmente que reúnan dichas características; h) Establecer el régimen de acceso, permanencia y promoción del personal docente y no docente; i) Designar y remover al personal; j) Establecer el régimen de admisión, permanencia y promoción de los estudiantes, así como el régimen de equivalencias; k) Revalidar, sólo como atribución de las universidades nacionales, títulos extranjeros; l) Fijar el régimen de convivencia; m) Desarrollar y participar en emprendimientos que favorezcan el avance y aplicación de los conocimientos; n) Mantener relaciones de carácter educativo, científico y cultural con instituciones del país y del extranjero; ñ) Reconocer oficialmente asociaciones de estudiantes, cumplidos que sean los requisitos que establezca la reglamentación, lo que conferirá a tales entidades personería jurídica.

Artículo 30: Las instituciones universitarias nacionales sólo pueden ser intervenidas por el Honorable Congreso de la Nación, o durante su receso y al referéndum del mismo, por el Poder Ejecutivo nacional por plazo determinado -no superior a los seis meses- y sólo por alguna de las siguientes causales:

a) Conflicto insoluble dentro de la institución que haga imposible su normal funcionamiento; b) Grave alteración del orden público; c) Manifiesto incumplimiento de la presente ley. La intervención nunca podrá menoscabar la autonomía académica.

Artículo 31: La fuerza pública no puede ingresar en las instituciones universitarias nacionales si no mediante orden escrita previa y fundada de juez competente o solicitud expresa de la autoridad universitaria legítimamente constituida.

Artículo 32: Contra las resoluciones definitivas de las instituciones universitarias nacionales, impugnadas con fundamento en la interpretación de las leyes de la Nación, los estatutos y demás normas internas, sólo podrá interponerse recurso de apelación ante la Cámara Federal de Apelaciones con competencia en el lugar donde tiene su sede principal la institución universitaria.

CAPÍTULO 3

De las condiciones para su funcionamiento

Sección 1

Requisitos generales

Artículo 33: Las instituciones universitarias deben promover la excelencia y asegurar la libertad académica, la igualdad de oportunidades y posibilidades, la jerarquización docente, la corresponsabilidad de todos los miembros de la comunidad universitaria, así como la convivencia pluralista de corrientes, teorías y líneas de investigación. Cuando se trate de instituciones universitarias privadas, dicho pluralismo se entenderá en un contexto de respeto a las cosmovisiones y valores expresamente declarados en sus estatutos.

Artículo 34: Los estatutos, así como sus modificaciones, entrarán en vigencia a partir de su publicación en el Boletín Oficial, debiendo ser comunicados al Ministerio de Educación a efectos de verificar su adecuación a la presente ley y ordenar, en su caso, dicha publicación. Si el Ministerio considerará que los mismos no se ajustan a la presente ley, deberá plantear sus observaciones dentro de los diez días a contar de la comunicación oficial ante la Cámara Federal de Apelaciones, la que decidirá en un plazo de veinte días, sin más trámite que una vista a la institución universitaria. Si el Ministerio no planteará observaciones en la forma indicada dentro del plazo establecido, los estatutos se considerará aprobados y deberán ser publicados. Los estatutos deben prever explícitamente; su sede principal, los objetivos de la institución, su estructura organizativa, la integración y funciones de los distintos órganos de gobierno, así como el régimen de la docencia y de la investigación y pautas de Administración económico-financiera.

Artículo 35: Para ingresar como alumno a las instituciones universitarias sean estatales o privadas, deberá reunirse como mínimo la condición prevista en el artículo 7mo y cumplir con los demás requisitos del sistema de admisión que cada institución establezca.

Artículo 36: Los docentes de todas las categorías deberán poseer título universitario de igual o superior nivel a aquel en el cual ejercen la docencia, requisitos que sólo se podrá obviar con carácter estrictamente excepcional cuando se acrediten méritos sobresalientes, Quedan exceptuados de esta disposición los ayudantes-alumnos. Gradualmente se tenderá a que el título máximo sea una condición para acceder a la categoría de profesor universitario.

Artículo 37: Las instituciones universitarias garantizarán el perfeccionamiento de sus docentes, que deberán articularse con los requerimientos de la carrera académica, dicho perfeccionamiento no se limitará a la capacitación en el área científica o profesional específica y en los aspectos pedagógicos, sino que incluirá también el desarrollo de un adecuada formación interdisciplinaria.

Artículo 38: Las instituciones universitarias dictará normas y establecerán acuerdos que faciliten la articulación y equivalencias entre carreras de una misma universidad o de instituciones universitarias distintas, conforme a las pautas que se refiere el artículo 8vo, inciso d).

Artículo 39: Para acceder a la formación de posgrado se requiere contar con título universitario de grado. Dicha formación se desarrollará exclusivamente en instituciones universitarias, y con las limitaciones previstas en el artículo 40 podrá también desarrollarse en centros de investigación e instituciones de formación profesional superior de reconocido nivel y jerarquía, que hayan suscripto convenios con las universidades a esos efectos. Las carreras de posgrado -sean de especialización, maestría o doctorado- deberán ser acreditadas por la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, o por entidades privadas que se constituyan con ese fin y que estén debidamente reconocidas por el Ministerio de Educación.

Sección 2

Régimen de títulos

Artículo 40: Corresponde exclusivamente a las instituciones universitarias otorgar el título de grado de licenciado y títulos profesionales equivalentes, así como los títulos de posgrado de magisterio y doctor.

Artículo 41: El reconocimiento oficial de los títulos que expidan las instituciones universitarias será otorgado por le Ministerio de Educación. Los títulos oficialmente reconocidos tendrán validez nacional.

Artículo 42: Los títulos con reconocimiento oficial certificará la formación académica recibida y habilitará para el ejercicio profesional respectivo en todo el territorio nacional, sin perjuicio del poder de policía sobre las profesiones que corresponde a las provincias. Los conocimientos y capacidades que tales títulos certifican, así como las actividades para las que tienen competencia sus poseedores, serán fijados y dados a conocer por las instituciones universitarias, debiendo los respectivos planes de estudio respetar la carga horaria mínima que para ello fije el Ministerio de Educación, en acuerdo con el Consejo de Universidades.

Artículo 43: Cuando se trate de títulos correspondientes a profesionales reguladas por el Estado, cuyo ejercicio pudiera comprometer el interés público poniendo en riesgo de modo directo la salud, la seguridad, los derechos, los bienes o la formación de los habitantes, se requerirá que se respeten, además de la carga horaria a la que hace referencia el artículo anterior, los siguientes requisitos:

a) Los planes de estudio deberán tener en cuenta los contenidos curriculares básicos y los criterios sobre intensidad de la formación práctica que establezca el Ministerio de Educación, en acuerdo con el Consejo de Universidades; b) Las carreras respectivas deberán ser acreditadas periódicamente por la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria o por entidades privadas constituidas con ese fin debidamente reconocidas.

El Ministerio de Educación determinará con criterio estrictivo, en acuerdo con el Consejo de universidades, la nómina de tales títulos, así como las actividades profesionales reservadas exclusivamente para ellos.

Sección 3

Evaluación y acreditación

Artículo 44: Las instituciones universitarias deberán asegurar el funcionamiento de instancias internas de evaluación institucional, que tendrán por objeto analizar los logros y dificultades en el cumplimiento de sus funciones, así como sugerir medidas para su mejoramiento. Las autoevaluaciones se complementará con evaluaciones externas, que se harán como mínimo cada seis (6) años, en el marco de los objetivos definidos por cada institución. Abarcará las funciones de docencia, investigación y extensión, y en el caso de las instituciones universitarias nacionales, también la gestión institucional. Las evaluaciones externas estarán a cargo de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria o entidades privadas constituidas con ese fin, conforme se prevé en el artículo 45, en ambos casos con la participación de pares académicos de reconocida competencia. Las recomendaciones para el mejoramiento institucional que surjan de las evaluaciones tendrán carácter público.

Artículo 45: Las entidades privadas que se constituyan con fines de evaluación y acreditación de instituciones universitarias, deberán contar con el reconocimiento del Ministerio de Educación, previo dictamen de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria. Los patrones y estándares para los procesos de acreditación, serán los que establezca el Ministerio previa consulta con el Consejo de Universidades.

Artículo 46: La Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria es un organismo descentralizado, que funciona en jurisdicción del Ministerio de Educación, y que tiene por funciones:

a) Coordinar y llevar adelante la evaluación externa prevista en el artículo 44; b) Acreditar las carreras de grado a que se refiere el artículo 43, así como las carreras de posgrado, cualquiera sea el ámbito en que se desarrollen, conforme a los estándares que establezca el Ministerio de Educación en consulta con el Consejo de Universidades; c) Pronunciarse sobre la consistencia y viabilidad del proyecto institucional que se requiere para el Ministerio de Educación autorice la puesta en marcha de una nueva institución universitaria nacional con la posterioridad a su creación o el reconocimiento de una institución universitaria provincia; d) Preparar los informes requeridos para otorgar la autorización provisoria y el reconocimiento definitivo de las instituciones universitarias privadas, así como los informes en base a los cuales se evaluará el período de funcionamiento provisoria de dichas instituciones.

Artículo 47: La Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria estará integrada por doce (12) miembros, designados por el Poder Ejecutivo nacional a propuesta de los siguientes organismo: tres (3) por el Consejo Interuniversitario Nacional, uno (1) por el Consejo de Rectores de Universidades Privadas, uno (1) por la Academia Nacional de Educación, tres (3) por cada una de las Cámaras del Honorable Congreso Nacional, y uno (1) por el Ministerio de Educación. Durará en sus funciones cuatro años, con sistema de renovación parcial. En todos los casos deberá tratarse de personalidades de reconocida jerarquía académica y científica. La Comisión contará con presupuesto propio.

CAPÍTULO 4

De las instituciones universitarias nacionales

Sección 1

Creación y bases organizativas

Artículo 48: Las instituciones universitarias nacionales son personas jurídicas de derecho público, que sólo pueden crearse por ley de la Nación, con previsión del crédito presupuestario correspondiente y en base a un

estudio de factibilidad que avale la iniciativa. El cese de tales instituciones se hará también por ley. Tanto la creación como el cierre requerirán informe previo del Consejo Interuniversitario Nacional.

Artículo 49: Creada una institución universitaria, el Ministerio de Educación designará un rector-organizador, con las atribuciones propias del cargo y las que normalmente corresponden al Consejo Superior. El rector-organizador conducirá el proceso de formulación del proyecto institucional y del proyecto de estatuto provisorio y los pondrá a consideración del Ministerio de Educación, en el primer caso para su análisis y remisión a la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, y en el segundo a los fines de su aprobación y su posterior publicación. Producido el informe de la comisión, y adecuándose el proyecto de estatuto a las normas de la presente ley, procederá el Ministerio de Educación a autorizar la puesta en marcha de la nueva institución, la que deberá quedar normalizada en un plazo no superior a los cuatro (4) años a partir de su creación.

Artículo 50: Cada institución dictará sobre regularidad en los estudios, que establezca el rendimiento académico mínimo exigible, debiendo preverse que los alumnos aprueben por lo menos dos (2) materias por año, salvo cuando el plan de estudio prevea menos de cuatro (4) asignaturas anuales, en cuyo caso deben aprobar una (1) como mínimo. En las universidades con más de cincuenta mil (50.000) estudiantes, el régimen de admisión, permanencia y promoción de los estudiantes será definido a nivel de cada facultad o unidad académica equivalente.

Artículo 51: El ingreso a la carrera académica universitaria se hará mediante concurso público y abierto de antecedentes y oposición, debiéndose asegurar la constitución de jurados integrados por profesores por concurso, o excepcionalmente por personas de idoneidad indiscutible aunque no reúnan esa condición, que garanticen la mayor imparcialidad y el máximo rigor académico. Con carácter excepcional, las universidades e institutos universitarios nacionales podrán contratar, al margen del régimen de concursos y sólo por tiempo determinado, a personalidades de reconocido prestigio y méritos académicos sobresalientes para que desarrollen cursos, seminarios o actividades similares. Podrán igualmente prever la designación temporaria de docentes interinos, cuando ello sea imprescindible y mientras se sustancia el correspondiente concurso. Los docentes designados por concurso deberán presentar un porcentaje no inferior al setenta por ciento (70%) de las respectivas plantas de cada institución universitaria.

Sección 2

Organos del gobierno

Artículo 52: Los estatutos de las instituciones universitarias nacionales deben prever sus órganos de gobierno, tanto colegiados como unipersonales, así como composición y atribuciones. Los órganos colegiados tendrán básicamente funciones normativas generales, de definición de políticas y de control en sus respectivos ámbitos, en tanto los unipersonales tendrán funciones ejecutivas.

Artículo 53: Los órganos colegiados de gobierno estarán integrados de acuerdo a lo que determinen los estatutos de cada universidad, los que deberán asegurar:

a) Que el claustro docente tenga la mayor representación relativa, que no podrá ser inferior al cincuenta por ciento (50%) de la totalidad de sus miembros; b) Que los representantes de los estudiantes sean alumnos regulares y tengan aprobado por lo menos el treinta por ciento (30%) del total de asignaturas de la carrera que cursan; c) Que el personal no docente tenga representación en dichos cuerpos con el alcance que determine cada institución; d) Que los graduados, en caso de ser incorporados a los cuerpos colegiados, puedan elegir y ser elegidos si no tienen relación de dependencia con la institución universitaria.

Los decanos o autoridades docentes equivalentes serán miembros natos del Consejo Superior u órgano que cumpla similares funciones. Podrá extenderse la misma consideración a los directores de carrera de carácter electivo que integren los cuerpos académicos, en las instituciones que por su estructura organizativa prevean dichos cargos.

Artículo 54: El rector o presidente, el vicerector o vicepresidente y los titulares de los demás órganos

unipersonales de gobierno, durará en sus funciones tres (3) años como mínimo. El cargo de rector o presidente será de dedicación exclusiva y para acceder a él se requerirá ser o haber sido profesor por concurso de una universidad nacional.

Artículo 55: Los representantes de los docentes, que deberán haber accedido a sus cargos por concurso, serán elegidos por docentes que reúnan igual calidad. Los representantes estudiantiles serán elegidos por sus pares, siempre que estos tengan el rendimiento académico mínimo que establece el artículo 50.

Artículo 56: Los estatutos podrán prever la constitución de un Consejo Social, en el que estén representados los distintos sectores e intereses de la comunidad local, con la misión de cooperar con la institución universitaria en su articulación con el medio en que esta inserta. Podrá igualmente preverse que el Consejo Social esté representado en los órganos colegiados de la institución.

Artículo 57: Los estatutos preverán la constitución de un tribunal universitario, que tendrá por función sustanciar juicios académicos y entender en toda cuestión ético-disciplinaria en que estuviere involucrado personal docente. Estará integrado por profesores eméritos o consultas, o por profesores por concurso que tengan una antigüedad en la docencia universitaria de por lo menos diez (10) años.

Sección 3

Sostenimiento y régimen económico-financiero

Artículo 58: Corresponde al Estado nacional asegurar el aporte financiero para el sostenimiento de las instituciones universitarias nacionales, que garantice su normal funcionamiento, desarrollo y cumplimiento de sus fines. Para la distribución de ese aporte entre las mismas se tendrán especialmente en cuenta indicadores de eficiencia y equidad. En ningún caso podrá disminuirse el aporte del Tesoro nacional como contrapartida de la generación de recursos complementarios por parte de las instituciones universitarias nacionales.

Artículo 59: Las instituciones universitarias nacionales tienen autarquía económico-financiera, la que ejercerán dentro del régimen de la ley 24.156 de Administración Financiera y Sistemas de Control del Sector Público Nacional. En ese marco corresponde a dichas instituciones:

a) Administrar su patrimonio y aprobar su presupuesto. Los recursos no utilizados al cierre de cada ejercicio, se transferirán automáticamente al siguiente; b) Fijar su régimen salarial y de administración de personal; c) Podrán dictar normas relativas a la generación de recursos adicionales a los aportes del Tesoro nacional, mediante la venta de bienes, productos, derechos o servicios, subsidios, contribuciones, herencias, derechos o tasas por los servicios que presten, así como todo otro recurso que pudiera corresponderles por cualquier título o actividad. Los recursos adicionales que provienen de contribuciones o tasas por los estudios de grado, deberán destinarse prioritariamente a becas, préstamos, subsidios o créditos u otro tipo de ayuda estudiantil y apoyo didáctico; estos recursos adicionales no podrán utilizarse para financiar gastos corrientes. Los sistemas de becas, préstamos u otro tipo de ayuda estarán fundamentalmente destinados a aquellos estudiantes que demuestren aptitud suficiente y respondan adecuadamente a las exigencias académicas de la institución y que por razones económicas no pudieran acceder o continuar los estudios universitarios, de forma tal que nadie se vea imposibilitado por ese motivo de cursar tales estudios; d) Garantizar el normal desenvolvimiento de sus unidades asistenciales, asegurándoles el manejo descentralizado de los fondos que ellas generen, con acuerdo a las normas que dicten sus Consejos Superiores y a la legislación vigente; e) Constituir personas jurídicas de derecho público o privado, o participar en ellas, no requiriéndose adoptar una forma jurídica diferente para acceder a los beneficios de la ley 23.877; f) Aplicar el régimen general de contrataciones, de responsabilidad patrimonial y de gestión de bienes reales, con las excepciones que establezca la reglamentación.

El rector y los miembros del Consejo Superior de las instituciones universitarias nacionales serán responsables de su administración según su participación, debiendo responder en los términos y con los alcances previstos en los artículos 130 y 131 de la ley 24.156. En ningún caso el Estado nacional responderá por las obligaciones asumidas por las instituciones universitarias que importen un perjuicio para el Tesoro nacional.

Artículo 60: Las instituciones universitarias nacionales podrán promover la constitución de fundaciones,

sociedades u otras formas de asociación civil, destinada a apoyar su labor, a facilitar las relaciones con el medio, a dar respuesta a sus necesidades y a promover las condiciones necesarias para el cumplimiento de sus fines y objetivos.

Artículo 61: El Congreso Nacional debe disponer de la partida presupuestaria anual correspondiente al nivel de educación superior, de un porcentaje que será destinado a becas y subsidios en ese nivel.

CAPÍTULO 5

De las instituciones universitarias privadas

Artículo 62: Las instituciones universitarias privadas deberán constituirse sin fines de lucro, obteniendo personería jurídica como asociación civil o fundación. Las mismas serán autorizadas por decreto del Poder Ejecutivo nacional, que admitirá su funcionamiento provisorio por un lapso de seis (6) años, previo informe favorable de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, y con expresa indicación de las carreras, grados y títulos que la institución puede ofrecer y expedir.

Artículo 63: El informe de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria a que se refiere el artículo anterior, se fundamentará en la consideración de los siguientes criterios:

a) La responsabilidad moral, financiera y económica de los integrantes de las asociaciones o fundaciones; b) La viabilidad y consistencia del proyecto institucional y académico, así como su adecuación a los principios y normas de la presente ley; c) El nivel académico del cuerpo de profesores con el que se contará inicialmente, su trayectoria en investigación científica y en docencia universitaria; d) La calidad y actualización de los planes de enseñanza e investigación propuestos; e) Los medios económicos, el equipamiento y la infraestructura de que efectivamente se disponga para posibilitar el cumplimiento de sus funciones de docencia, investigación y extensión; f) Su virculación internacional y la posibilidad de concretar acuerdos y convenios con otros centros universitarios del mundo.

Artículo 64: Durante el lapso de funcionamiento provisorio:

a) El Ministerio de Educación hará un seguimiento de la nueva institución a fin de evaluar, en base a informes de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, su nivel académico y el grado de cumplimiento de sus objetivos y planes de acción; b) Toda modificación de los estatutos, creación de nuevas carreras, cambio de planes de estudio o modificación de los mismos, requerirá autorización del citado Ministerio; c) En todo documento oficial o publicidad que realicen, las instituciones deberán dejar constancia expresa del carácter precario de la autorización con que operan. El incumplimiento de las exigencias previstas en los incisos b) y c), dará lugar a la aplicación de sanciones conforme lo establezca la reglamentación de la presente ley, la que podrá llegar al retiro de la autorización provisorio concebida.

Artículo 65: Cumplido el lapso de seis (6) años de funcionamiento provisorio, contados a partir de la autorización correspondiente, el establecimiento podrá solicitar el reconocimiento definitivo para operar como institución universitaria privada, el que se otorgará por decreto del Poder Ejecutivo nacional, previo informe favorable de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria.

El Ministerio de Educación fiscalizará el funcionamiento de dichas instituciones con el objeto de verificar si cumplen las condiciones bajo las cuales están autorizadas a funcionar. Su incumplimiento dará lugar a la aplicación de sanciones conforme lo establezca la reglamentación de la presente ley, la que podrá llegar hasta la clausura definitiva.

Artículo 66: El Estado nacional podrá acordar a las instituciones con reconocimiento definitivo que lo soliciten, apoyo económico para el desarrollo de proyectos de investigación que se generen en las mismas, sujeto ello a los mecanismos de evaluación y a los criterios de elegibilidad que rijan para todo el sistema.

Artículo 67: Las resoluciones denegatorias del reconocimiento definitivo, así como aquellas que dispongan su

retiro o el de la autorización provisoria, serán recurribles ante la Cámara Federal correspondiente a la jurisdicción de la institución de que se trate, dentro de los quince (15) días hábiles de notificada la decisión que se recurre.

Artículo 68: Los establecimientos privados cuya creación no hubiere sido autorizada conforme a las normas legales pertinentes no podrán usar denominaciones ni expedir diplomas, títulos o grados de carácter universitario. La violación de esta norma dará lugar a la aplicación de sanciones conforme lo establezca la reglamentación de la presente ley, la que podrá llegar a la clausura inmediata y definitiva de la entidad y a la inhabilitación de los responsables para ejercer la docencia, así como para desempeñar la función pública o integrar órganos de gobierno de asociaciones civiles dedicadas a la educación superior.

CAPÍTULO 6

De las instituciones universitarias provinciales

Artículo 69 Los títulos y grados otorgados por las instituciones universitarias provinciales tendrán los efectos legales en la presente ley, en particular los establecidos en los artículos 41 y 42, cuando tales instituciones:

a) Hayan obtenido el correspondiente reconocimiento del Poder Ejecutivo nacional, el que podrá otorgarse previo informe de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, siguiendo las pautas previstas en el artículo 63; b) Se ajusten a las normas de los capítulos 1,2,3 y 4 del presente título, en tanto su aplicación a estas instituciones no vulnere las autonomías provinciales y conforme a las especificaciones que establezca la reglamentación.

CAPÍTULO 7

Del gobierno y coordinación del sistema universitario

Artículo 70: Corresponde al Ministerio de Educación la formulación de las políticas generales en materia universitaria, asegurando la participación de los órganos de coordinación y consulta previsto en la presente ley y respetando el régimen de autonomía establecido para las instituciones universitarias.

Artículo 71: Serán órganos de coordinación y consulta del sistema universitario, en sus respectivos ámbitos, el Consejo de Universidades, el Consejo Interuniversitario Nacional, el Consejo de Rectores de Universidades Privadas y los Consejos Regionales de Planificación de la Educación Superior.

Artículo 72: El Consejo de Universidades será presidido por el Ministerio de Educación, o por quien este designe con categoría no inferior a Secretario, y estará integrado por el Comité Ejecutivo del Consejo Interuniversitario Nacional, por la Comisión Directiva del Consejo de Rectores de Universidades Privadas, por un representante de cada Consejo Regional de Planificación de la Educación Superior -que deberá ser rector de una institución universitaria- y por un representante del Consejo Federal de Cultura y Educación. Serán sus funciones:

a) Proponer la definición de políticas y estrategias de desarrollo universitario, promover la cooperación entre las instituciones universitarias, así como la adopción de pautas para la coordinación del sistema universitario; b) Pronunciarse en aquellos asuntos sobre los cuales se requiere su intervención conforme a la presente ley; c) Acordar con el Consejo Federal de Cultura y Educación criterios y pautas para la articulación entre las instituciones educativas de nivel superior; d) Expedirse sobre otros asuntos que se les remita en consulta por la vía correspondiente;

Artículo 73: El Consejo Interuniversitario Nacional estará integrado por los rectores o presidentes de las instituciones universitarias nacionales y provinciales reconocidas por la Nación, que estén definitivamente organizadas, y el Consejo de Rectores de Universidades Privadas estará integrado por los rectores o presidentes de las instituciones universitarias privadas. Dichos consejos tendrán por funciones:

a) Coordinar los planes y actividades en materia académica, de investigación científica y de extensión entre las instituciones universitarias de sus respectivos ámbitos; b) Ser órganos de consulta en las materias y cuestiones que prevé la presente ley; c) Participar en el Consejo de Universidades. Cada Consejo se dará su propio reglamento conforme al cual regulará su funcionamiento interno.